



Revista de propaganda  
expansão colonial

FUNDADOR: HENRIQUE GALVÃO

DIRECTOR  
**HENRIQUE GALVÃO**  
SECRETÁRIO DA REDACÇÃO  
F. ALVES DE AZEVEDO  
ADMINISTRADOR E EDITOR  
ANTÓNIO PEDRO MURALHA

SEDE  
RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º  
Endereço Telegráfico  
«MINERVA»  
TEL. 2 4253  
Propriedade da Empresa  
**PORTUGAL COLONIAL**

PREÇO AVULSO  
Metrópole..... 3500  
Colónias..... 4500  
(ASSINATURAS)  
Metrópole (6 meses)... 18500  
Colónias (6 meses)... 24500

COMPOSTO E IMPRESSO  
OTTOSGRAFICA LIMITADA  
Conde Barão, 50 — LISBOA  
Visado pela Comissão de Censura

## SUMÁRIO

CARTA DE PORTUGAL PARA AS PROVÍNCIAS DE ALÉM ...	<i>Dr. Agostinho de Campos</i> Professor, escritor e jornalista
"PORTUGAL COLONIAL".....	<i>Henrique Galvão</i>
UM QUADRO DE EDUARDO MALTA—A PRIMEIRA GRANDE OBRA DE PINTURA COLONIAL PORTUGUESA.....	<i>Henrique Galvão</i>
"O FIM DUM GRANDE PRINCÍPIO".....	<i>Berta Leite</i>
RÉPLICA BELGA A UM ARTIGO DO "DIÁRIO DE NOTÍCIAS"	***
ENSINO AGRÍCOLA NO IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS...	<i>Engenheiro-agrónomo Candido Duarte</i> Chefe da repartição do ensino agrícola no Ministério da Instrução
PÁGINA LITERÁRIA — ERA UMA VEZ EM ÁFRICA.....	<i>Henrique Galvão</i>
A ACÇÃO DO EXÉRCITO NO MOVIMENTO COLONIZADOR DE PORTUGAL.....	<i>Capitão Mateus Moreno</i>
DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE .....	<i>F. Alves de Azevedo e ***</i>
A NOSSA COLONIZAÇÃO NA ZAMBEZIA.....	<i>A. Gavicho de Lacerda</i>
CRÓNICA DO MÊS .....	<i>H. G.</i>
NOTAS DO MÊS .....	***
INFORMAÇÕES, ETC .....	***
ESTATÍSTICA.....	***



# Carta de Portugal

## para as Províncias de Além

Pelo dr.  
Agostinho  
de  
Campos

**H**Á muitos anos (nesse tempo ainda a Alemanha tinha colónias e não, como agora, o mais excelente dos pretextos para barafustar e assustar meia Europa) — há muitos anos, dizíamos, houve em Berlim uma exposição de indígenas da Damaralândia, enquadrados em perfeita falsificação dos seus aldeamentos africanos, à semelhança do que já antes se fizera em Paris e agora se reproduziu na Exposição Colonial do Pôrto.

Fui admirar várias vezes aquela colecção de negros, que por signal eram côr de aço fresco, e não de chocolate; até que, certo dia, estranhei ver a aldeia cercada por dupla sebe de arame farpado e defendida por grande refôrço de sentinelas policiaes; e em tôrno explicava a voz pública tanta cautela, dizendo que fôra preciso proceder assim para evitar os raptos nocturnos de negros do sexo masculino, repetidos aqueles com tanta frequência, que, sem os remédios agora adoptados, a aldeia negra estava em perigo de enuviivar de todos os seus habitantes machos.

Repito assim o que ouvi, mas não fico por fiador da exactidão do boato, significativo de grande curiosidade fisiológica por parte de certas berlinesas, empreendedoras além de curiosas; e devo explicar que esta velha recordação me trepou agora à tona da memória, suscitada por algumas observações que li em cartas de amigos e leitores residentes nas Províncias de África.

De modo geral pode resumir-se assim o tom d'esses reparos: a vinda de algumas dezenas de indígenas à Metrópole, a recepção calorosa e admirativa que aqui tiveram, vão ser gravemente nocivas ao prestígio e à própria dignidade do branco em Angola e Moçambique. . .

É bem certo haver eu surpreendido em certos indígenas que vi no Pôrto um ar de importância. Por vezes pareciam-me até os pretos expostos mais fidalgos do que os brancos espectadores. E até ouvi observações de brancos, invejosos talvez de tanto êxito e que, a rir, mas lá no fundo talvez muito a sério, afirmavam ter pena de não

serem pretos. Um guarda-freio branquíssimo dos carros eléctricos, talvez farto de acarretar gente para a Exposição, declarou-me filosoficamente que aquilo era o mundo às avessas: os brancos a trabalharem, e os pretos à boa vida. Por onde vi que naquele trabalhador consciente do século XX, irmão de todos os trabalhadores da Terra segundo Carlos Marx, latejava talvez por atavismo uma alma de fundador de impérios, quinhentista e portuguesíssima.

Esta última observação psicológica, feita nos acasos da rua ensinadora, é muito importante e por si bastará para calmar apreensões dos Portuguezes que em África lidam com o indígena, precisados naturalmente de suprir com o prestígio a inferioridade do número. Por ela se vê que a História se nos continua no sangue, porque neste se mantém a precisa dosagem de energia e de aptidão com que podem ser e serão combatidos e neutralizados os germes de orgulho infantil e de indisciplina, por-ventura levados daqui por duas ou três dúzias de súbditos negros do Império, no regresso da sua viagem de lua-de-mel imperial.

Os que lá de longe nos accusam de não termos aqui sabido tratar os pretos com a diplomacia necessária em África, vêem os factos por um lado só e esquecem a vantagem profunda e duradoira com que se compensam inconvenientes possíveis, mas superficiaes e momentâneos. O milhão e pico de visitantes da Exposição não era nem podia ser substituído por doutores na política prática da colonização africana; mas, por outro lado, do seu embasamento excessivo esperamos que resultem sólidos lucros futuros. As crianças aprendem a escrever ou a desenhar estragando papel, penas e lápis.

Tanto e tanto se tem dito que o português médio ou popular faz da sua África ideia nula ou negra, e agora zangam-se com elle porque de-repente desata a ver os negros côr de rosa. Nem tanto ao mar nem tanto à terra — bem sei. Mas ¿ como é que humanamente se aprende, se não errando? . . .

Não teria a Exposição Colonial dado fruto nenhum, se a seu crédito não pudéssemos lançar este, de substituir no sub-consciente colectivo o sentimento novo de uma África amável à velha noção da Costa de África, repulsiva ou paralisante, como as que outrora transpiravam das denominações dos cabos Não e das Tormentas.

Assim como Deus escreve direito por linhas



# “Portugal Colonial”

**D**EPOIS de um ano de ausência volto novamente a dirigir a *Portugal Colonial*. Álvaro Afonso dos Santos que, com tanto brilho e amor a dirigiu durante este período, chamado ao desempenho do cargo de Chefe de Gabinete do Ministério das Colónias, é forçado a abandonar a sua direcção.

E para que não vá morrer quem tão longa e excepcional vida já conseguiu entre as publicações coloniais portuguesas, volto a um posto em que já servi com o maior dos entusiasmos.

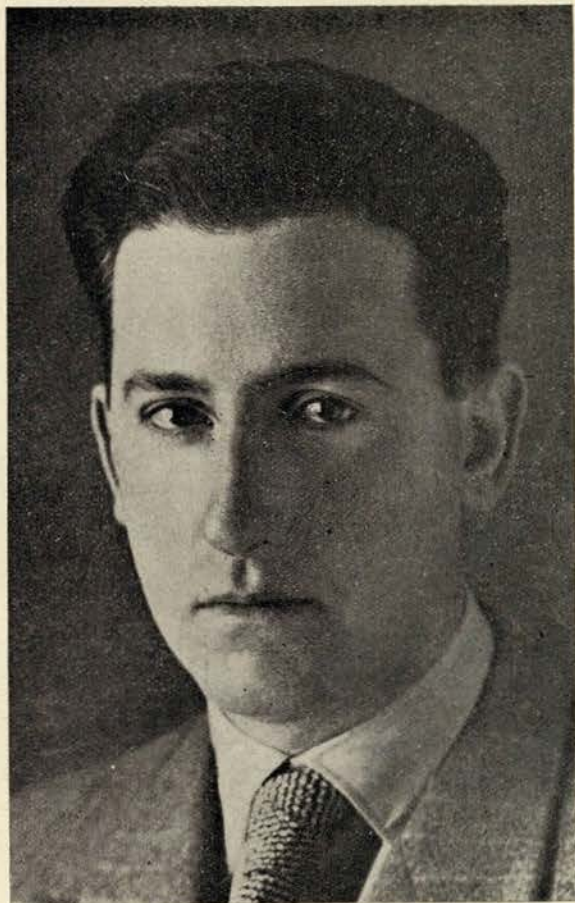
Por quanto tempo? Não é fácil de prever, nem de responder. Basta afirmar que o esforço já realizado para que a revista se mantenha há-de prolongar-se até onde for possível e à custa dos sacrifícios que se impuserem.

De programa de acção não há que falar. Foi definido no primeiro número: tem-se mantido. E hoje que o seu desenvolvimento se transformou num hábito não é fácil alterar-lhe o ritmo nem a essência.

Há apenas que lamentar o afastamento de Álvaro Afonso dos Santos, do seu talento, da sua elegância intelectual e do espírito moço e desempoeirado que emprestou durante um ano à *Portugal Colonial*.

Mas como hoje sucede comigo—é porque não esperar que também êle regresse um dia a esta casa?

HENRIQUE GALVÃO.



ÁLVARO AFONSO DOS SANTOS

---

*tortas, assim também o instinto popular (que por vezes parece quasi divino) glorificou a seu modo, admirando os negros, a obra admirável do colono branco, sem a qual seria impossível a vinda até nós desses grupos indígenas, entre os quais de-certo ganharam a palma os soldados landins, apolíneos no aprumo da fria disciplina militar, e dionísíacos na agitação febricitante dos batuques vátuas.*

*Se os homens de hoje—despidos de todo o egotismo, por mais legítimo ou natural que seja—puderem ver-se e palpar-se na efêmera duração das suas vidas de hoje; se puderem sentir-se como curtos elos que são, de uma longa e contínua cadeia de gerações começada antes deles e que não deve acabar nem depois deles, tornar-se-lhes-á fácil prever idealmente que o prestígio do branco de África será servido e bem servido mais tarde pelo interesse agora provocado na multidão portuguesa por umas dúzias de pretos que em 1934 vieram precisamente fitmar contacto entre uma metrópole distraída ou*

*ignorante e um império que ainda não está feito.*

*Este optimismo parece objectivo, razoável e prático. Baseia-se na fé e na esperança de que a atracção para o Ultramar ganhou com o encontro das duas côres opostas. Pressupõe que de ora em diante aumentará a nossa emigração para a África e que, assim, pode haver entre os negros cada vez mais brancos, sabedores de como se exerce a preceito a diplomacia inter-racial.*

*Emfim: a pasmaceira nacional perante os pretos da Exposição afigura-se-me útil, além de inocente. Alguns molèquitos gozaram verdadeiro êxito de ternura—certidão da nossa amenidade de carácter e boa prova de sermos razoavelmente cristãos. Raptos em qualquer dos sexos adultos—nem falar nisso. Numa revista teatral de ocasião aparecia certa actriz engraçada, a gritar:*

*—Eu quero um preto! Eu quero um preto!...*

*Mas era só da bôca para fora. Não foi preciso defender a Exposição mediante um cinto de castidade de arame farpado.*



# Um quadro de Eduardo Malta

## A primeira grande obra de pintura colonial portuguesa

**E**DUARDO MALTA conclue neste momento um quadro comemorativo da 1.<sup>a</sup> Exposição Colonial Portuguesa que está destinado não só ao melhor dos êxitos como também a consagrar definitivamente o seu nome já ilustre de artista.

Sobre este quadro escreveu o nosso director no *Diário de Notícias* de 13 do corrente o artigo seguinte:

Durante a organização e, depois, quando já funcionava a Exposição Colonial, várias vezes me foi perguntado:

—Ficam algumas destas obras? Tudo desaparece, uma vez encerrada a Exposição?

E estas perguntas, que não podiam ter a resposta mais interessante, reflectiam já o desgosto de ver desaparecer, sem deixar

edição popular da História Trágico-Marítima—sugestão interessantíssima do sr. Presidente da República—e a Informação Económica sobre o Império: resolveu-se construir em materiais definitivos o monumento ao Esforço Colonizador Português; e aceitou-se a proposta do pintor Eduardo Malta, que imaginara um tríptico comemorativo, cuja ideia entusiasticamente nos expusera.

Desta obra falta concluir apenas o quadro central. Mas o que está realizado permite assegurar, desde já, afoitamente, que ela será a mais notável e mais rica recordação da I Exposição Colonial Portuguesa.

Disse o sr. dr. Armindo Monteiro que era um "quadro que faria o nome dum grande pintor...". E assim é, de facto.

Eduardo Malta tinha já um grande nome. Artista muito pessoal, entre nós único no seu género, novo, amoroso da sua arte, profundamente português na sua maneira de ser—não é neste quadro, evidentemente, que se revela, porque outras obras já o revelaram.



O tríptico da Exposição Colonial

rasto, toda a estrutura material dum acontecimento pelo qual se tinham interessado milhão e meio de portugueses.

Para poder erguer uma grande Exposição, em que não ficassem mal tratados os nossos créditos de potência colonial e em que pudessem ser alcançados, com o êxito desejado, os seus objectivos políticos e espirituais—o orçamento de 1.500 contos não podia, evidentemente, prever obras definitivas e a conservação de algumas das peças mais representativas do certame.

Da Exposição de Paris, que custou 400 milhões de francos, ficou o Museu Permanente das Colónias, que custou 25 milhões. Que se poderia prever que ficasse da nossa... que custou um milhão de francos!

O desgosto de muita gente que se interessou pelo certame—era, afinal, também o desgosto do Governo, da comissão organizadora e do próprio director técnico.

E assim, logo que o êxito financeiro da Exposição permitiu encarar a possibilidade de minorar esse desgosto, por sugestão do Governo, com o apoio franco e decidido do sr. Ministro das Colónias e com o natural agrado da comissão organizadora—preparei as coisas de forma a perpetuar, através de algumas realizações definitivas, a memória da I Exposição Colonial Portuguesa. Iniciou-se uma série de publicações, de entre as quais destacarei a

Mas, o que é incontestável é que a nova produção, que dentro de poucos dias concluirá, vai dar maior brilho ao seu nome e mais alta categoria ao seu talento.

Esse magnífico concertante de raças portuguesas, vivo, palpante, realizando sob uma forma superior, na pintura, uma grande ideia portuguesa—o primeiro quadro imperial que se pinta em Portugal e, talvez, no Mundo—marca ou marcará uma época na pintura portuguesa. De-certo, os tempos vão duros e difíceis para se alcançarem aplausos unânimes. O quadro será discutido: haverá quem sinceramente goste dele, haverá, talvez, quem sinceramente o deteste—e não falará quem, por inveja, por maldade, por interesse, o denigre. Mas aos tempos de hoje sucederão tempos de amanhã—e outra gente, sem paixões, na calma de juízos insuspeitos, fará a justiça que sempre alcança o que é Bom, o que vale, o que é digno de ficar. E essa justiça será feita ao quadro de Eduardo Malta.

Entretanto, ele será, imediatamente, como disse, a mais notável e rica de entre todas as recordações artísticas que vão ficar para perpetuar a memória da I Exposição Colonial Portuguesa.

Lisboa, Novembro, 1934.

HENRIQUE GALVÃO

PORTUGAL COLONIAL

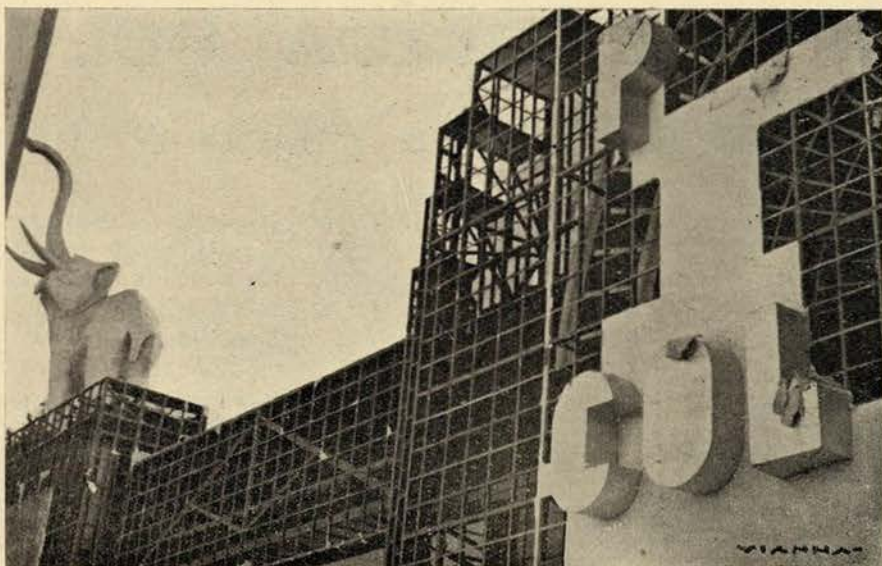


# “O fim dum grande princípio”

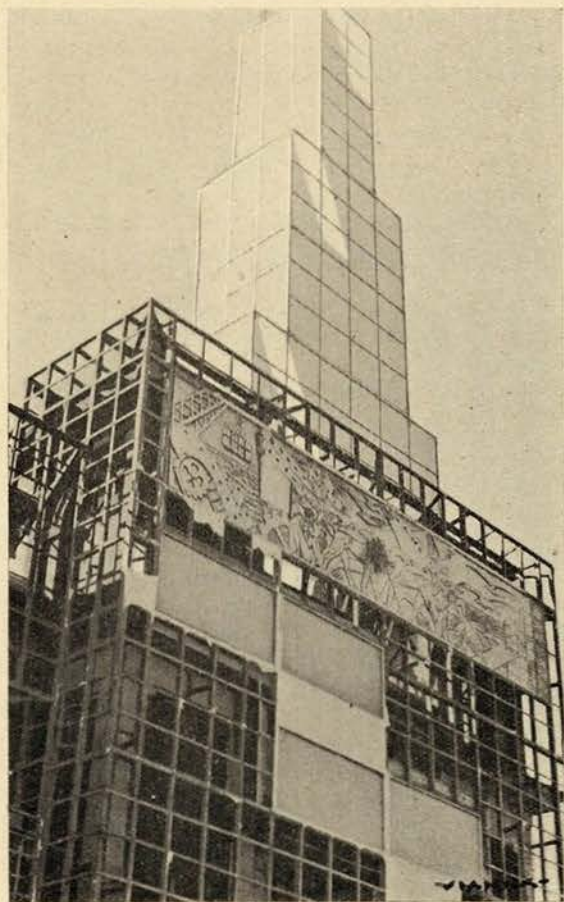
Por BERTA LEITE

**N**O caos organizado da materialidade internacional em que a vida portuguesa contemporânea se abismava, profundamente indiferente às Virtudes da Raça, soaram milagrosamente as Horas de ouro da Primeira Exposição Colonial.

Horas de estudo, que foram horas de prazer em que os que precisavam ser ensinados alcançaram a instrução sem se atentarem sequer na dificuldade da trabalhosa lição recebida.



Um aspecto das obras de demolição do Palácio das Colónias



Outro aspecto

Horas de evolução civilizadora para os que de tanto se admirarem a si próprios, não tinham nunca pensado nos que são verdadeiramente admiráveis.

Horas luminosas em que ao calor do Sol possante e glorioso de Portugal Ultramarino, se dispersou a neblina do desleixo dos bem-intencionados, a que até agora fora unicamente concedida a liberdade de sonhar delícias ilusórias, desperdiçando o inexgotável manancial de riquezas palpáveis que é o nosso Património Colonial.

Horas do mais legítimo orgulho patriótico das almas cujo instinto dominador e supremo é a admiração pelos portugueses a quem mais se deve o engrandecimento progressivo da Nação.

Viveu-as Portugal inteiro entusiasticamente, vendo desvanecer-se ao seu ritmo laborioso, a treva da indolência apoiada à acomodação política.

Graças à sua esclarecida e reveladora acção, o povo português desentorpecido e desempoeirado sabe finalmente o que lhe compete fazer para conservar o que resta da Herança maravilhosa e incrível dos seus Maiores quando Senhores de quasi todo o Mundo!

Uma vez inteirado do seu dever, vencerá distâncias, cuidará de povoar as colónias pela renovação constante de valores reais, e, irá encarando destemido a luta pela sua cultura num trabalho duro e honesto que é o caminho mais curto para o ressurgimento completo.

E propõe-se cumprir grandes coisas.

A vida, dizem os filósofos, é um constante e árduo labutar entre a ignorância prolongada por mil acasos independentes da nossa vontade, e, a sabedoria tardiamente adquirida.

Mas a experiência dessa mesma vida que toma a forma e a importância que cada um de nós lhe der, com a requintada subtilidade dum intelectualismo doentio, ou com a simples boa vontade dum incompetência confessada, diz-nos que nunca é tarde para ver claro em nós e no que nos rodeia.

Por isso, no primeiro dia que voltei ao Parque



# RÉPLICA BELGA

## a um artigo do “Diário de Notícias”

Sob o título «Une et... plusieurs mises au point», o *Essor Colonial et Maritime*, de Bruxelas, publica, no seu último número, o seguinte artigo, assinado pelas iniciais A. L., que são as do seu ilustre redactor, sr. André L’Hoist:

«No grande quotidiano *Diário de Notícias*, um sincero amigo da Bélgica, o nosso bom camarada Paulo Osório entende dever deplorar, sob o ponto de vista português, a publicação, registada pelo *Essor*, das asserções anti-belgas dum oficial português. Sem desculpar, de nenhum modo, o seu compatriota, o nosso confrade lamenta que a obra dum capuchinho belga tenha servido de base ao pedreiro-livre Labriola, na *Ere Nouvelle*, para acusar Portugal de tôdas as malfetorias possíveis no que diz respeito, por exemplo, à escravatura. Todos se lembram ainda de como o religioso belga foi congruentemente maltratado pela Imprensa portuguesa. O autor destas linhas, que conhece um pouco a história colonial, escrevia a êsse propósito, numa obra belga quasi oficial, «Le livre d’or des pionniers coloniaux» (Bruxelas 1931, p. 21, 28, 29, 31, etc.): «Os portugueses praticaram o tráfico de escravos, como em tôdas as colónias africanas, fôsem elas quais fôsem... Os portugueses não se portaram sempre como deviam... Lisboa estava tão longe e as boas intenções esquecem tão depressa!... Digamos, contudo, que muitos dêsses portugueses só o eram de nome: tratava-se, de facto de judeus ou mulatos... Os traficantes eram portugueses, holandeses, ingleses, franceses, belgas...» É absolutamente injusto acusar apenas os portugueses do tráfico dos escravos; tôdas as colónias o conheceram e, nas de Portugal, os nossos compatriotas praticaram-no. Pode-se deplorá-lo, mas cada nação marítima europeia deve, nesse caso, ter a sua

parte nas acusações. O sr. Labriola, se a êsse respeito ataca Portugal, poderia estudar a história de Veneza e chegar a conclusões idênticas, sem que, aliás, a nosso ver, isso tenha a menor importância. Fazemos nossa a opinião de Paulo Osório: não se trata, na hora actual, de exaltar as capacidades colonizadoras duma nação, mas de pôr bem em relêvo a grandeza da idea colonial, que tantos atacam. Paulo Osório, citando o nosso jornal, inquietava-se com as combinações expostas num jornal da Suíça alemã e que traduzimos. A França estaria de acôrdo—segundo a fôlha de Zurich—em deixar à Itália as mãos livres na Etiópia. O nosso confrade entende que seria sempre mau não protestar contra qualquer tentativa para dispor do bem de outrem, sistema que se procura introduzir na política internacional. Desejamos, em todo o caso, fazer notar a Osório que a Exposição do Pôrto, quando mais não fôsse, bastaria para demonstrar que Portugal marcou suficientemente com o seu cunho as suas colónias, para que ninguém ignore que, a-pesar-de tudo, elas ficarão definitivamente portuguesas.»

---

### Um número comemorativo da “Azione Coloniale”

Por ocasião da viagem do rei Victor Emanuel III à Somália italiana a *Azione Coloniale*, o grande hebdomadário colonial romano, publicou um número especial ilustrado em papel de luxo, que pela sua boa apresentação se recomenda.

Inserere valiosa colaboração, nomeadamente do Ministro das Colónias, general De Bono, do governador da Somália, M. Rava; do almirante Cerrina-Feroni, antigo governador da colónia, e de numerosos e eminentes coloniais italianos, dentre os quais destacamos o general Cesari, tenente-coronel Palumbo, tenente-coronel Seghetti, comandante Micaletti, cônsul Senni, tenente-coronel Zamarano, comandante Bonfatti e dos srs. Pomilio, Dotti, Pigli, Gorresio, Ongaro, Bartocci, Ruggieri, Del Monte, etc.

---

depois do encerramento da Exposição, quando já fechados os portões do Palácio das Colónias e calado o alto-falante que fornecera as informações e a música que emudecida ritmava ainda os nossos corações saudosos,—quis observar bem êsse povo que se aglomerava ainda cá fora, curioso dos primeiros martelos destruidores.

E enquanto as lágrimas acudiam aos olhos dos que da Festa haviam feito honradamente, o trabalho

extenuante duns meses,—ouvindo os comentários da gente nova que espreitava dissertando sobre o que lá se vira, retirei-me convencida que não assistia como os outros, ao princípio do fim, mas apenas ao fim dum grande princípio: o Novo rumo da Vida Nacional emfim consciente do mágico poder da Glória Eterna de Portugal.

Outubro, 1934.



# Ensino agrícola no Império Colonial Português

PELO ENGENHEIRO-AGRÓNOMO CANDIDO DUARTE

*Chefe da repartição do ensino agrícola no Ministério da Instrução*

*«O desenvolvimento agrícola das colónias é, sem contestação, o problema mais complexo que comporta a administração colonial.»*

PROF. MELO GERALDES.

A expressão «Ensino Agrícola no Império Colonial Português» não tem significado duma actividade existente.

No Império Colonial Português, com excepção da Índia, não há ensino agrícola propriamente dito; assim o informa a Agência Geral das Colónias em documento oficial:

*«Nos serviços de Agricultura e Comércio não existe nenhum organismo de ensino agrícola fixo. Como ensino móvel, se assim se pode considerar, há apenas a assistência técnica levada algumas vezes a trabalhos de exemplificação nas propriedades dos agricultores» (1).*

Não constitui meu propósito — não o permite a respectiva competência — apresentar um programa para realizações em ensino agrícola colonial, o que deverá ser assunto para estudo pormenorizado — exigente em cuidado e em saber — que a outros competirá.

(1) Na Índia é feito algum ensino agrícola móvel e em 1932 foi criada uma escola fixa elementar no concelho de Sanguém. A duração do curso nesta escola agrícola é de três anos e a sua organização deficiente.

Não sendo, por conseguinte, a informação do existente nem a indicação dos trabalhos próprios a executar o motivo desta simples memória, poder-se-á considerar impreciso o título com que a encimamos.

Pretendem, porém, estas modestas notas — por meio duma denominação mais sugestiva — lançar um grito de alarme a favor da criação do «Ensino Agrícola no Império Colonial Português».

Não se percebe — de facto — que Portugal, possuindo um vasto domínio colonial, essencialmente agrícola, se tenha esquecido da respectiva preparação técnica.

— ¿ Como desenvolver a agricultura sem fazer eficiente ensino agrícola?

— ¿ Como pode bastar às respectivas necessidades técnicas o ensino agrícola colonial feito na Metrópole?

O actual Ministro das Colónias, num dos seus brilhantes discursos, afirmara o seguinte:

*«Técnicos que dirijam grandes empresas, mas principalmente técnicos que tomem conta das pequenas ou médias explorações rurais, são os elementos de que ali mais precisamos. Homens que cheguem desprovidos de saber e de capital não fazem falta em África: desses temos lá milhões. A terra pode dar muito — mas, para o dar reclama ciência e experiência, trabalho aturado e dinheiro aplicado com muito critério e economia.»*

.....  
*a assistência agrícola ao indígena é elemento*



Três fases da 2.ª sessão de trabalhos



*bazilar da nossa colonização, direi mesmo condição essencial do progresso» (1).*

— & Como fazer ciência... como utilizar a boa experiência e de que modo dar assistência agrícola ao indígena, sem criar e desenvolver ensino agrícola?

\*\*\*

As exigências mesológicas não permitem olvidar a imperiosa necessidade de realizar — *in loco* — ensino técnico agrícola.

Do imperdoável esquecimento a que tem sido

o problema da preparação técnica agrícola colonial seja resolvido — embora vagorosamente — com a segurança dada pelo conhecimento profundo do que há a fazer e como se deve fazer.

Exige-se para o caso a máxima ponderação, precisa-se solucionar com bom senso e pode-se perder a lentidão mas nunca, para iniciar, a perda da permanente oportunidade.

Não devemos continuar prolongando o presente estado destas coisas, pois que o bem da Nação exige que iniciemos definitivamente os estudos indispensáveis para que seja dado, por meio do ensino agrícola, um sério apoio ao desenvolvimento da agricultura colonial.



ASPECTO DO CONGRESSO. (Em cima) o Dr. Joaquim Pratas, director do «Notícias Agrícola», justificando uma proposta. (Em baixo) a mesa da presidência: Engenheiro-agrônomo João Braga, secretariado pelo Dr. António Mantero e Estolano Dias Ribeiro.

votado êsse ensino falam, sem receio de dúvida, os numerosos insucessos havidos em tantas empresas agrícolas coloniais. Também a desvalorização ou a desvalorização de alguns produtos podem ir buscar a sua origem às deficiências culturais e tecnológicas, provenientes da falta de disseminação de apropriados conhecimentos técnicos.

Assim tem sido e há-de continuar a ser, até que

(1) Discurso proferido em 1 de Junho de 1953 na sessão inaugural da primeira Conferência dos Governadores Coloniais.

Não esqueçamos que as nações mais avançadas primam em desenvolver e aperfeiçoar, cada vez mais, os seus serviços de investigação e de assistência agronómica; por conseguinte, aquelas que persistirem em não acompanhar êsse movimento de progresso, ficarão fatalmente em condições de manifesta inferioridade e sujeitar-se-ão a serem vencidas no campo económico, por incapazes de suportarem a concorrência.

Atente-se ainda nas seguintes palavras emitidas pelo Sub-Secretário de Estado das Colónias ao inaugurar-se a Exposição Colonial Portuguesa:



«A Exposição, além de demonstrar o que já é o presente, deixa entrever as largas possibilidades futuras. É até uma das lições que dela se extrai — a da necessidade de estudos ponderados para as realizações de amanhã. Tudo que foi construído com calma, com método, em bases científicas sólidas, é de resultados brilhantes. Tudo que foi improvisação, precipitação, faliu. Verifica-se, assim, que as improvisações são perigosas. Podem deslumbrar por momentos; mas em breve ruem. É preferível uma construção lenta, mas segura. É isso que se verifica neste certame e que ensina o que é preciso fazer de futuro: estudar com serenidade, fazer experiências metódicas, em obediência a um largo plano

das colónias está no desenvolvimento da sua agricultura».

É necessário, portanto, que procuremos compreender — decisivamente — quais são em Portugal as principais necessidades económicas e estudemos, com o cuidado e o saber bastantes, a maneira de desenvolver com eficácia os primordiais factores da economia da Nação.

\*\*\*

Feitas estas pequenas considerações — a pequenas deverá ser a característica dos trabalhos deste género — citarei alguma coisa do que conheço por leitura e que é realizado em países coloniais estrangeiros, tendo em atenção que «os resultados alcan-



(Em cima) A mesa que presidiu a uma das sessões. Engenheiro-agrônomo João Braga, secretariado pelo Dr. Monteiro da Costa e Engenheiro-agrônomo Cavique dos Santos. (Em baixo) O professor Melo Geraldes discursando.



*de valorização dos nossos domínios ultramarinos.»*

— Como dar satisfação a esta doutrina sem cuidar no apetrechamento da enorme percentagem de população agrícola — europeia e indígena — que explora a terra do Portugal Colonial?

É preciso que nos envergonhemos de repetir, de dez em dez anos, afirmação semelhante à que foi proferida em 1924 pelo professor Melo Geraldes: «tentar fazer realçar bem a grande importância e complexidade do problema do desenvolvimento agrícola colonial, pois que, se bem que tal seja deveras estranho e paradoxal, este magno problema não tem sido até hoje devidamente considerado entre nós, apesar de constantemente se clamar que o futuro

gados pelos outros podem servir-nos de incentivo — mas os seus processos de trabalho nas colónias não os deveremos nunca seguir sem uma crítica implacável, destinada a mostrar que se adaptam realmente ao nosso feitio ou psicologia e que, aplicados, darão os resultados que deles alguns países conseguem colher» (1).

O missionário do Congo Belga, Laminne de Bex afirma, como opinião geral (2), «que o ensino agrícola nas colónias deve procurar aperfeiçoar e de-

(1) Dr. Armindo Monteiro, ilustre Ministro das Colónias (discurso proferido em 12 de Fevereiro de 1932 na Escola Superior Colonial).

(2) Considérations sur l'enseignement agricole aux indigènes.



envolver a agricultura indígena de modo que ela possa não só satisfazer às necessidades das populações, mas ainda alimentar o comércio de exportação».

Na criação de instituições de ensino é necessário considerar a organização social e o género de vida das populações. Nada de procurar manter analogias com o ensino europeu.

É preciso atender cuidadosamente às condições do meio e promover a gradual adaptação do indígena, pois que o negro, uma vez com um começo de civilização, que não se lhe apropriá, sente-se estranho à sua raça e foge para os meios onde retrograda. O conflito da velha civilização negra com a nossa, tem dado origem a grande série de dificuldades. É conveniente fazer apreciar às crianças negras as riquezas das suas tradições. Longe de querer inaugurar novos métodos de culturas, devemos estudar os dêles com grande cuidado e tentar aperfeiçoá-los até encontrar oportunidade de os poder substituir por outros mais racionais e científicos. Sem impôr uma renovação total às tradições e costumes ancestrais anima-se a evolução dos indígenas.

O ensino agrícola, que convém às populações rurais indígenas, é o ensino caracterizadamente prático, para preparar operários que se sintam contentes com a sua profissão e presos, por amor, à terra que trabalham.

É preciso, ainda, que a obra de educação começada pela escola seja completada com a criação de organismos económicos e sociais (cooperativas, sindicatos, caixas de crédito, etc.).

A escola, quando fixa, deverá ser um modelo para a região, onde os indígenas possam observar facilmente e inspirar os seus trabalhos.

Smits também dêste modo se pronuncia: «il n'est pas nécessaire de répandre parmi les indigènes nos procédés de culture; il faut tenir compte avant tout de leurs méthodes de travail et de leur mentalité particulière».

Charton: «approuve entièrement ces idées, dont il a pu vérifier lui-même la justesse, en Afrique occidentale. L'enseignement de vulgarisation doit être basé sur la technique des indigènes, laquelle existait avant nous».

A propósito de orientação prática transcrevemos o que afirma ainda Charton, o inspector geral do ensino na África Ocidental Francesa: (1) «L'Afrique Occidentale française est un pays de paysans et de pasteurs. Sa grande richesse réelle et virtuelle, c'est sa terre. Un des buts essentiels de la colonisation française en Afrique, c'est l'amélioration de la vie indigène et la transformation de la vie agricole. C'est là affaire d'éducation. Dans une telle entreprise, le rôle de l'école peut être prépondérant. Mais il ne saurait être question de faire de toutes nos écoles des écoles d'agriculture, le but est de faire de l'école du village indigène une école rurale qui prolonge la vie indigène pour l'améliorer.

Deux institutions complémentaires, dont sont pourvues presque toutes nos écoles, ont été conçues dans cet esprit: le jardin ou champ scolaire est la mutuelle scolaire. Chaque école a en principe sa con-

cession. Elle possède son jardin, parfois son verger, sa plantation et quelquefois son troupeau. Les formules de réalisation ne sont pas impératives, mais dépendant du pays, des aptitudes naturelles de l'initiative des maîtres. L'école n'est pas une exploitation; le but éducatif n'est jamais perdu de vue. L'intention est de maintenir le goût du travail des champs, d'acclimater des produits, de créer des habitudes de travail dirigé et perfectionné. Ainsi ont prospéré de nombreux jardins, des vergers, des plantations de cacaoyers et de caféiers. Le jardin est la propriété de l'école. Il est exploité par les élèves; les profits de l'exploitation sont versés en nature ou en espèces aux élèves membres de la mutuelle. Il y a en Afrique Occidentale française, 112 mutuelles officiellement organisées qui ont fait, en 1929, 80.000 francs de recette. Cet apprentissage de la mutualité est de grande importance éducative; il peut être considéré comme une bonne préparation à la politique de développement des Sociétés de prévoyance indigène et de constitution du paysannat indigène».

Quanto à África Equatorial Francesa, extraímos da sua «História e Organização Geral do Ensino» o seguinte:

«Les principales écoles de la colonie ont initié leurs élèves à la pratique rationnelle des méthodes de culture.

Dans certaines d'entre elles, un potager a été créé et diverses plantations ont été faites. Ainsi, à Brazzaville, un jardin a été créé pour la culture des légumes européens; des plantations de manioc, de maïs, etc., ont été entreprises également. A Oyem, un jardin scolaire a été commencé en 1929; les élèves y travaillent 2 heures par jour. De même à Bangui.

A Bambari, la section agricole comporte une mutuelle scolaire, qui a pour objet la culture d'un potager de légumes européens, la mise en valeur d'une bananeraie, d'une plantation d'arachides et de deux rizières. Dans les premiers mois de son existence, cette section a atteint des résultats encourageants; les ventes de ses légumes lui procurent déjà des recettes appréciables.

L'enseignement agricole de la section de Boko est particulièrement développé. Les plantations sont variées et comprennent des bananeraies, de la canne à sucre, etc... D'autre part, la mutuelle de Boko a dans ses jardins des légumes européens, de la vigne qui, malgré des débuts difficiles, doit réussir, et des caféiers qui ont subi les méfaits d'une violente tornade. Cette section s'est annexé une section d'élevage, composée principalement de porcs».

Segundo Poiret (1), o instrutor deverá aplicar os instrumentos agrícolas e os processos modernos culturais, trabalhando com os proprietários e a família, utilizando os meios que êles podem normalmente dispôr e não impondo nunca a sua maneira de ver, antes pelo contrário, deixando mesmo que os indígenas cometam erros, os quais serão posteriormente apreciados; permitindo-lhes assim que, pouco a pouco, vão percebendo as vantagens dos novos métodos pelos benefícios observados.

Smits apresenta na sua tese apreciada no Congresso Inter-colonial de Ensino Técnico o novo método usado nas Índias Neerlandesas: (2) «Le pro-

(1) Rapport sur l'enseignement technique en Afrique Occidentale Française (Congrès Intercolonial de l'Enseignement Technique d'Outre-Mer) — Septembre 1931.

(1) Éducation professionnelle agricole de l'indigène (Congrès du perfectionnement de l'agriculture indigène) — Paris 1931.

(2) (Congrès Intercolonial de l'Enseignement Technique d'Outre-Mer) — Septembre 1931 — Paris.



gramme enseigné aux élèves de l'École d'Agriculture de Buitenzorg s'arrête maintenant longuement sur les questions se rapportant à l'économie et à la sociologie rurales; en particulier, on considère l'organisation de l'exploitation agricole comme étant une question très importante. Après avoir reçu cette instruction théorique, chaque élève est placé à la tête d'une petite ferme (du type indigène ordinaire) qu'il exploite pendant un an sous le contrôle d'une personne compétente en la matière. Il doit essayer de faire des bénéfices; il peut ainsi apprendre toute la valeur pratique qu'ont ses connaissances théoriques. Il a été prouvé que la question de la division des travaux durant les différents mois de l'année, l'assolement, la vente des produits, ont souvent plus d'importance pour les cultivateurs indigènes que les autres questions.

On a créé des écoles agricoles de village (rurales) dans plusieurs régions du pays. On n'établit ces écoles qu'après de soigneuses recherches au double point de vue technique et économique pour trouver

Certaines de ces écoles ont été utiles pour apprendre l'emploi des engrais, certaines apportèrent un changement dans l'assolement pour permettre l'emploi des engrais verts, d'autres changèrent cet assolement de telle sorte que l'on puisse ajouter de nouvelles cultures, etc.

Ces écoles sont toutes dirigées par un *adjunct land-bouwconsulent*. Quand les élèves ont quitté l'école et débuté dans leur exploitation, le Directeur de l'école reste toujours en relations avec eux. On attend beaucoup de ces jeunes agriculteurs pour améliorer l'agriculture à Java et dans les autres îles.

Dans certaines parties du pays des petits cours sont donnés par les instituteurs de villages. Ces instituteurs suivent quelque temps les leçons données par les Directeurs d'écoles (*adjunct land-bouwconsulent*). Ces leçons n'ont jamais un caractère général, mais s'appliquent seulement aux conditions particulières de la région et sont professées seulement quand on a trouvé une solution aux problèmes agricoles locaux. Les petits cours, que l'on donne après, consistent



Um aspecto do Congresso de Agricultura Colonial

l'emplacement favorable. On n'ouvre l'école qu'après avoir commencé l'étude des problèmes se référant à la région et être sûr qu'on pourra leur trouver une solution.

Le programme de ces écoles diffère beaucoup de celui des écoles européennes analogues: leur but, en effet, consiste seulement à exécuter les réformes capables d'améliorer les conditions. On apprend aux élèves les principes sur lesquels repose le système d'exploitation dans leur district et les raisons pour lesquelles il est nécessaire d'y apporter un changement. Cette éducation est surtout pratique.

Chaque école possède des champs d'une étendue plus ou moins grande: suivant le nombre des élèves ces champs sont divisés en parcelles, de telle sorte que chaque élève ait une parcelle à sa disposition. La superficie de ces parcelles est suffisante pour fournir du travail durant toute l'année et pour permettre la subsistance. Les élèves logent en général à l'école et forment une coopérative pour l'achat de leurs aliments, etc., et la vente de leurs produits. On exige d'eux une tenue de livre exacte sur la comptabilité, la circulation des produits, les heures du travail, etc.

Les jeunes gens sont admis dans ces écoles seulement quand ils ont terminé les six années d'études dans les écoles de village et qu'ils désirent s'établir aux-mêmes comme fermiers.

surtout dans la visite, avec les cultivateurs, des champs de démonstration et dans l'explication de leur importance».

O professor Melo Geraldês diz que o ensino agrícola deve ser ministrado aos indígenas por meio de escolas, de estações e de quintas modelos ou ainda por meio de propaganda. Para organizar convenientemente essa propaganda agrícola — assistência técnica móvel — diz ser preciso estabelecer uma estreita colaboração entre os serviços de agricultura e os funcionários administrativos. Ao ensino fixo e ao feito por meio das estações e de quintas modelos prefere êsse ilustre professor o ensino prático, realizado por propaganda entre os indígenas nos seus próprios campos de culturas e nas suas explorações de gados.

Conclue-se, por conseguinte, conhecidas ainda as dificuldades de mão de obra e a fraca densidade da população colonial, que é indispensável a mais larga distribuição de ensino agrícola, feita através os melhores meios, para que se encare sèriamente o importante problema do desenvolvimento da agricultura colonial.

Verifica-se, ainda, que a assistência técnica tem que ser assegurada especialmente pelo Estado, por intermédio dos seus estabelecimentos de investigação, experimentação, ensino e propaganda agrícolas.



Deduz-se, pelo exposto, que um meio prático de promover o desenvolvimento imediato da nossa agricultura, exercida directamente pelos indígenas, consiste em lhes distribuir boas sementes, levá-los, pelo exemplo e pelo ensino prático, a melhorar pouco a pouco os seus processos culturais e tecnológicos.

Para certos produtos, cuja preparação se exija material e conhecimentos, que não estão ao alcance dos indígenas, dever-se-há fixar preços remuneradores para esses produtos em bruto e fomentar o estabelecimento de oficinas de preparação.

\* \* \*

Seguindo esta orientação de citar em transcrições os pareceres alheios, para com eles dar corpo a esta memória, apresento — a traços largos, com a resultante monotonia dos números e da repetição da frase — o quadro existente de algum ensino que há feito outras nações, não pela ordem das suas importâncias, mas um pouco de harmonia com a quantidade dos elementos de que disponho.

A Argélia tem quasi duas dezenas de escolas agrícolas de diferentes categorias para rapazes e raparigas.

Além do ensino ministrado pelas escolas dependentes da Direcção de Agricultura e de Colonização, são dadas lições de agricultura nos estabelecimentos de ensino geral. Faz-se também ensino primário rural e post-escolar por meio de cursos complementares em internatos rurais.

Têm funcionado ainda com sucesso os cursos ambulantes com ensino para adultos.

Segundo Rouveroux — «Le problème de l'enseignement agricole des indigènes est certainement l'un des plus complexes qui se posent en Algérie».

A Tunísia faz ensino agrícola desde as escolas primárias rurais até à Escola Colonial de Agricultura de Tunis, a qual tem características de escola superior.

A Tunísia é, com efeito, essencialmente agrícola e em toda a instrução têm lugar importante as noções teóricas e práticas de agricultura. São ainda em grande número os campos de demonstração existentes, os quais são activamente trabalhados pelos próprios alunos.

Os instrutores na África Francesa são por vezes escolhidos entre indígenas, que se destacam pelas suas qualidades de trabalho e que se mantêm em França, como bolséiros, durante o período de aprendizagem. Julgam-se mais eficientes os resultados da propaganda desses monitores quando se instalam nas próprias casas agrícolas e conseguem nessas propriedades, e por vezes nas dos vizinhos, terem influencia na direcção dos trabalhos.

Os instrutores, ao fim de 3 a 5 anos de bons serviços, transformam-se em proprietários com o auxilio que o Estado lhes dá (alfaias agrícolas, crédito, etc.).

Na Guiné Francesa esses monitores são assalariados pelo Estado, com um vencimento proporcional ao seu rendimento e distribuidos pela lavoura particular. Noutros casos, são os próprios interessados que os gratificam conforme os rendimentos das culturas.

Em Madagascar, em Nigéria, etc., o ensino agrícola é professado em escolas elementares para os

dois sexos, que interessam principalmente aos indígenas.

Em Guadalupe há uma escola prática de agricultura.

Na Indo-China Francesa há uma escola de veterinária e uma superior de agricultura e silvicultura.

A França tem ainda na sua metrópole oito escolas especializadas para ministrarem ensino de agricultura colonial, além das que possui nos seus domínios, algumas das quais aqui citadas.

Na Gran-Bretanha o ensino agrícola colonial é principalmente professado nas próprias colónias.

Para apresentar alguns exemplos, indicamos o seguinte:

Na Trindade e na Índia Inglesa existe uma instituição imperial destinada ao ensino e à propaganda agrícola.

Ceylão tem 4 escolas agrícolas e Chypre tem em Nicosia o seu colégio de agricultura.

Na Costa do Ouro o ensino é ministrado nas escolas primárias, elementares e em colégios especiais.

Na Rodésia há uma escola na parte meridional e outra na parte setentrional.

A Serra Leoa tem cursos práticos professados em escolas elementares.

No Congo Belga existem, afóra as escolas especiais, as escolas primárias do 1.º e 2.º grau (rurais ou urbanas), que possuem cursos de dois ou três anos, conforme a categoria social do meio.

Nas escolas primárias do 1.º grau, que constituem a base do ensino no Congo Belga, é ministrada às populações rurais uma instrução essencialmente agrícola, a par duma educação propositada para a vida do campo. E assim, o rapaz e a rapariga aprendem um ensino literário pouco desenvolvido (simplesmente o saber ler, escrever e contar) mas são instruídos com conhecimentos mais ou menos elementares da técnica agrícola (fornecidos duma maneira absolutamente utilitária) e praticam através campos experimentais e demonstrativos. Possuem ainda granjas modelares, onde os alunos trabalham, cuidando na sua hygiene e na economia da exploração como se estivessem trabalhando nas suas próprias casas.

As escolas primárias do 2.º grau só recebem os alunos seleccionados e que mostrem verdadeira vontade para obterem uma maior instrução. Estas escolas continuam a possuir, principalmente, características agrícolas com um maior desenvolvimento em relação às escolas de indole primária inferior.

Nas escolas especiais habilitam-se operários destinados à indústria, contramestres, chefes de oficinas, caixeiros, etc.

Para todos os professores das escolas primárias e especiais, a habilitação é variável, conforme as escolas a que se destinam.

A educação doméstica é também no Congo Belga considerada como um factor de primeira importância no levantamento mental e moral do indígena e no desenvolvimento das suas necessidades.

As instruções que o Governo manda distribuir pelos inspectores da provincia, relativas aos programas a seguir nas secções agrícolas anexadas às escolas officiais são criteriosamente preparadas e cuidadosamente executadas no sentido de dar importância à formação moral dos alunos.

Utilizando estas escolas, o Congo Belga prepara



operários rurais mais ou menos especializados, contramestres agrícolas necessários à colonização e *monitores* para a propaganda agrícola nas comunidades indígenas e como auxiliares competentes para os serviços dos agrónomos. Além disto, há, como se vê, no Congo Belga o ensino provido pelas missões religiosas: — «certaines missions religieuses ont cependant organisé un enseignement agricole plus développé ce sont les Frères Maristes à Bunia (Kibali-Ituri), les RR. PP. Josephistes à Luluabourg (Kassi) et les Frères de Lourdes à Kisantu (Bas Congo)» (Tschoffeu).

Também, segundo Ríngoet, para o Congo Belga, «l'agriculture constitue un problème de vie ou de mort économique».

Uma empresa particular pensa abrir em Kisantu uma escola agrícola para ensino elementar e médio.

A Bélgica tem ainda para ensino de agricultura colonial na metrópole três institutos superiores, além dos cursos da Universidade de Anvers, da Escola Colonial de Bruxelas e das escolas de Agricultura de Huy, Ath e Vilvorde.

A Itália faz o seu ensino agrícola colonial na metrópole, principalmente, em Florença no Instituto Agrícola Colonial.

É de todos conhecido que a Alemanha, sem ser actualmente possuidora de colónias, tem um ensino colonial quasi modelar e dele faz larga propaganda por todo o mundo (1).

Marrocos tem ensino agrícola de 1.º e 2.º graus, ambos com um cunho mais ou menos elementar.

Em Marrocos o ensino agrícola é ministrado com características muito variadas. As tentativas ensaiadas, durante 15 anos, em cerca de quarenta estabelecimentos, fizeram determinar o ensino primário rural, de modo que cada escola rural, e algumas urbanas têm um campo de estudo e demonstração com uma área de um a três hectares. Este ensino é variável com as condições mesológicas e procura-se torná-lo utilitário, dando aos alunos certos direitos e inerentes responsabilidades.

Pretende-se ainda com este ensino acompanhar o progresso agrícola, prendendo à terra a população rural pela instrução e pela educação. O ensino mais desenvolvido é ministrado nos colégios mussulmanos pelos inspectores de agricultura e aos alunos mais distintos poderão ser concedidas bolsas para estudos agrícolas em França. O ensino doméstico agrícola é também realizado em todas as escolas mussulmanas de raparigas.

Na União Sul Africana, o ensino agrícola começou em 1888 e hoje é professado em duas Faculdades em dezenas de escolas especiais médias e elementares e acessoriamente em várias escolas primárias e secundárias.

À Holanda tem uma escola superior de agricultura colonial em Wageningen, cursos de agricultura tropical em Utrecht e em Leiden, além da escola secundária colonial de Dventer, da escola açucareira de Amsterdam e dum curso especial açucareiro existente numa escola técnica secundária, também em Amsterdam.

Na Índia Holandesa (parte oriental) há um Instituto Agrícola, quatro escolas especiais agrícolas, dez escolas práticas e sete cursos para darem instrução

agrícola aos mestres das escolas das aldeias, além de vários cursos móveis, criados conforme as necessidades agrícolas ocasionais.

No Egipto o ensino é professado em uma escola superior e há quatro de categoria inferior, sendo três destas situadas no Baixo Egipto e uma no Alto Egipto. Do Japão e doutras nações da Ásia e dos países da América dispensamos citações para não nos alongarmos, embora nalguns pontos esteja largamente desenvolvido o ensino agrícola. No entretanto, uma excepção fazemos para Haiti, no propósito de mostrar como num país de 26.500 quilómetros quadrados e não chegando a ter uma população de um milhão e quinhentos mil habitantes tem, além das escolas secundárias, 78 escolas elementares agrícolas.

Nas Ilhas Fidji (Oceania) é praticado o ensino agrícola em todas as escolas; e, em Nova Galles há nove escolas de agricultura de diferentes categorias.

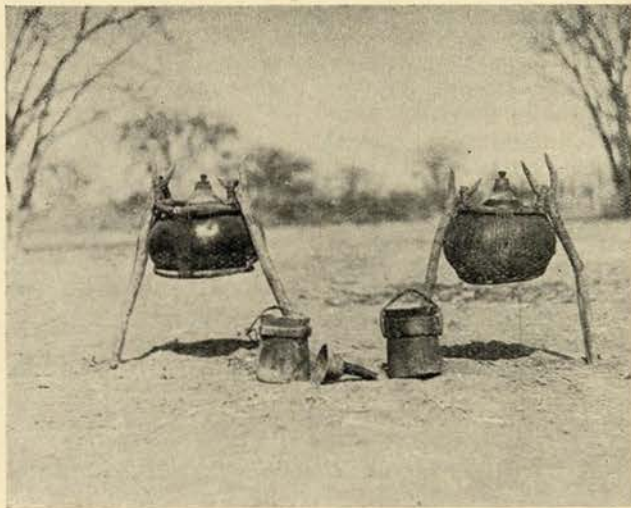
Em Moçambique, verifica-se que as escolas primárias rudimentares para os indígenas nenhuma instrução agrícola ministram, embora, essa matéria faça —vagamente— parte dos respectivos programas oficiais.

As missões religiosas alguma coisa praticam de assistência técnica agrícola nos nossos domínios coloniais, sem subordinação a um plano geral de conjunto.

Para pôr em destaque a importância do ensino técnico agrícola na valorização do solo colonial — com um só exemplo — transcrevo a seguinte parte dum officio dirigido pela Companhia Colonial do Buzi e arquivado em 13 de Abril de 1934 na Repartição do Ensino Agrícola (Ministério da Instrução): «mui gostosamente informo que os três técnicos (diplomados pela Escola Prática de Agricultura de Queluz) que temos ao nosso serviço de colonização europeia são os melhores colonos admitidos e têm dado provas de inteira competência.»

(Tese apresentada ao 1.º Congresso de Agricultura Colonial).

## Pecuária de Angola



Cabaças desnatadeiras

(1) Deutsche Kolonialschule—Junho 1931.



# Página literária

**E**RA uma vez...  
Era uma vez  
como tantas  
outras fôra:  
tropa portuguesa calcurreando terras de África, no tempo em que nas nossas colónias ainda havia gentio revoltado e terras onde os negros exerciam, de facto, a soberania que, de direito, lhes não era reconhecida.

Depois de três meses e meio de campanha, a tropa marchava em lonjuras desamparadas, através de mata emaranhada, de ramos esmagrados e aspecto torturado.

No solo arenoso, da côr anémica dos ímpaludados, as botas dos soldados traçavam um sulco profundo, de tão afadigadamente se arrastarem. E, por vezes, apenas o seu ruído prolongado, como o marulhar das vagas, de mistura com o grazinar dos carros, eram os únicos que se ouviam.

Nas fardas desbotadas e feridas pelas baionetas das espínheiras, nos olhos cavos dos soldados, nos arcoíços vergados sob o pêso do equipamento, na melancolia resignada do gado de tracção, no alongamento da coluna, na angústia dos estropiados, estavam impressas as inclemências de três meses passados a galgar distâncias, a curtir saúdaes a morrer aos poucos.

De repente do mais denso da mata, rompia o fogo desordenado do gentio— misterioso, empoleirado nas árvores de mais porte, ou escondido por detrás dos troncos.

O quadrado formava-se rapidamente— manobra automática quasi, de tanto se haver repetido— e do conjunto amargurado de fadigas e desalentos extraíam-se ainda a energia desesperada da defesa, o instinto animal de conservar a vida mesmo quando esta é ruim e ciliciente.

Espingardas e metralhadoras entravam em acção, nervosamente— varriam o mato, erguíam muralhas de fogo e de morte.

Depois os tiros do inimigo escasseavam, diluíam-se; um grupo carregava, de baionetas flamejantes— e o caminho estava outra vez livre.

Os feridos recolhiam aos carros da retaguarda— os mortos ficavam a dormir o grande sono sob a cruz piedosa que os vivos lhes cravavam na sepultura, em ar de quem diz: «Até breve!». E a tropa continuava a marchar, pelas lonjuras desamparadas, através da mata emaranhada, de ramos esmagrados e aspecto retorcido.

Na frente, o general, magro, sêco, voluntarioso, sacava da tropa tôdas as suas possibilidades de acção e movimento. A sua vontade arrastava tôda a coluna e inoculava-lhe energias sobre-humanas.

## Era uma vez em África...

Do livro

### «Terras do Feitiço»

POR

HENRIQUE GALVÃO

e fé, energia e domínio.

A tropa marchava atrás dêle, hipnotizada, ligada à sua vontade de aço.

Era, possivelmente o único que via o objectivo, que sabia onde êle estava e conservava a ânsia de o alcançar.

Foi assim que um dia chegaram a ponto em que tinham tôdas as ligações perdidas com a retaguarda.

A terra era pobre de águas. Bastava olhar para a vegetação: fazia sêde. As raízes sugavam da areia rala tão escassa humidade que os ramos não aguentavam fôlha verde e retorciam-se em súplicas de angústia.

O inimigo já não era o gentio.

Que importavam as suas ameaças diárias, o fuzilar das suas armas, a sua gritaria bárbara. Isso era o menos. O quadrado refazia-se, as metralhadoras berravam— e era sempre, mais ou menos como antes, à custa de dois ou três que ficavam para sempre e de meia dúzia que se aleijava para tôda a vida.

O inimigo era a sêde— o que não cedía a tiros, nem a rasgos de coragem, nem à vontade do chefe.

Era a única tortura que ainda podia transformar em desespêro o desânimo da tropa— e que se furtava ao domínio do comandante.

Um negro prisioneiro, apanhado em lance atrevido, informou onde havia um grupo de *cacimbas* (1) quando a ameaça da sêde se tornou mais aflitiva.

Muito racionada, havia água para dois dias.

Teve a informação a virtude de fazer renascer a esperança— e a tropa arrebitou ainda, quasi com alegria, perante a promessa de água: marcha mais ligeira, movimentos mais vivos.

O prisioneiro, amarrado à ilharga do general, indicava o caminho.

Simplemente, o avanço tornou-se mais difícil. Os assaltos do gentio repetiam-se. Repelidos aqui, com o vigor de quem se defende dum desespêro que presente, surdiãam dois ou três quilómetros mais além,

(1) Poços e, duma maneira geral, pequenos reservatórios de água.



em massas cada vez mais densas, como se tivessem percebido a ânsia da tropa branca e lha quizessem tolher.

A menos duma légua das *cacimbas* o terreno começou a disputar-se metro a metro. O tiroteio inimigo cravava a coluna por todos os lados.

Por fim tornou-se necessário organizar defensivamente o quadrado — parar e dar combate.

O caminho para a frente estava barrado.

Uma hora depois era o cerco formal, o isolamento trágico dentro dum círculo que se apertava.

Ligações com a retaguarda não as havia há dois dias — nem sequer havia a possibilidade de informar acêrca da situação em que se encontravam e nutrir esperança fundada num socorro do exterior. Para a frente, para os lados, para trás, levanta-se uma cortina de ferro e fogo — e por trás dela distâncias pavorosas, mortais.

E assim caiu a noite.

Por entre a sua negrura densa sem luar, víam-se ao longe, como farrapos vermelhos, chamas das fogueiras inimigas. E, ininterruptamente, as balas gentias, caíam no quadrado como granizo infernal.

Na madrugada do dia seguinte a água descera consideravelmente nas pipas. E também as munições se exgotavam nos cunhetes.

A situação era cruelmente clara: as munições pouco mais durariam que a água — e a tropa, sem meios de defesa, quando já estivesse a contas com a tortura demoníaca da sede, seria chacinada pelas torturas bárbaras do gentio.

Recordavam-se exemplos: o reconhecimento que fôra devorado em circunstâncias quasi idénticas, uns anos antes, em cilada trágica; o lance em que o gentio cortára as línguas aos prisioneiros; as milhentas torturas em que os povos bárbaros se comprazem, quando têm à mercê o inimigo vencido.

A rendição apenas apressaria a morte.

Era ainda o general quem aguentava a malta: entre tanta face hedionda, de olhares alucinados e barbas descompostas, os seus malares salientes, as mandíbulas cerradas e os olhos penetrantes, diziam a sua disposição firme e irresistível de ir até ao fim — até ao fim da vida, pelo menos.

Perante a certeza da morte o instinto de viver reagia.

Havia olhos que vertiam lágrimas e peitos que soluçavam. A saudade da Metrópole, das famílias, dos cenários pacíficos em que se desenhavam perspectivas de viuvez, orfandade, tornavam o lance mais doloroso e cruel.

Um, que deixara em clara aldeia do Ribatejo, mulher e filhos pequenos, lembrou-se de lhes escrever: talvez uma disposição testamentária, talvez um simples adeus. E escondeu o bilhete, ansiosamente rabiscado, no cano da bota, esperando que depois da chacina alguém viria e que, descoberta a missiva, piedosamente a levassem ao seu destino.

A lembrança teve logo numerosos imitadores. Aquí e além, sobre os joelhos, sobre um tambor esburacado, no ventre rotundo do carro da água, de encontro à garupa das muaras, todos os que tinham família, um amor ou saudade, confiavam nos cadáveres que seriam em breve, como portadores de correspondência.

Os soluços ouviam-se, como o pulsar descontraído de máquinas cansadas, enchendo as pausas do tiroteio gentio. No ângulo do quadrado, de vez

em quando, uma metralhadora ladrava contra grupos mais ousados que se aproximavam.

O sentimento da defesa excedia a fé nos resultados. Ninguém contava escapar — mas todos reagiam contra a morte horrível que se aproximava.

O general chamou um corneteiro.

E o toque, vibrando como chicotada de patrão, reuniu em volta do chefe um grupo esgazeado de condenados.

— São precisos dois homens para uma missão arriscada. Quem se oferece?

Todo o grupo deu um passo em frente — sem fanfarronadas, sem galhardia de forma, simplesmente.

O General conservou-se um momento silencioso. Olhou para os seus homens, com aquele olhar gelado e metálico, que não esmorecia, vagarosamente.

— Devo observar que há poucas ou nenhuma probabilidade de salvação para os dois homens que procuro. Trata-se de atravessar o cerco do gentio e ir em cata de reforços. Os que não ficarem logo à saída, morrerão talvez um pouco adiante. É uma missão de sacrifício, na mais rigorosa acepção do termo.

E depois duma pausa ligeira:

Quem se oferece?

E como antes, com tocante simplicidade, sem uma palavra, sem um gesto, todo o grupo deu novo passo em frente.

Então o homem de olhar frio e severo, olhou com ternura para a sua gente, e disse com toda a solenidade dos seus cabelos brancos e da sua figura admirável:

— Obrigado meus rapazes... Obrigado!

Foi junto deles, passou-os em revista um por um. Parou em frente do que parecia mais novo:

— Vais tu... não és casado, não tens filhos...

— E tu também. Montem a cavalo e larguem. Sigam o rasto da coluna para não se perderem.

Os dois rapazes obedeceram sem um murmúrio.

— Esperem...

E o chefe foi-se a êles, antes de montarem, e abraçou-os:

— Que Deus os proteja.

Largaram por uma das faces do quadrado, após algumas rajadas de metralhadora.

Pouco depois sumiam-se na escuridão.

O fogo do gentio enervou-se mais, precipitou-se. Os homens, no quadrado, olharam uns para os outros. E um soldadito, enverdecido pela bilis, murmurou entre dentes:

— Estão prontos!

Na manhã seguinte não havia uma gota de água nos carros e apenas três cunhetes ainda tinham cartuchos.

As metralhadoras tinham emudecido para se pouparem munições.

O gentio devia ter percebido a situação. Atacava com segurança e em pequenos grupos, de forma a forçar o consumo de munições do inimigo, sem sacrificar muitas das suas vidas.

Os brancos, por sua vez, só atiravam quasi à queima-roupa — com os dentes cerrados, numa ânsia indomável de viver, por instinto de conservação.

No centro do quadrado, o general, impassível, comandava. Deu a última água do seu cantil a um soldado que ardia em febre e soltava gargalhadas



delirantes, com a bôca quasi tapada por espuma ensanguentada.

Os feridos gemiam, sem fôrças para gritar tôdas as dores que sofriam. Num ponto ou noutro havia cadáveres em posições lancinantes, que a morte fixara e que já não impressionavam os vivos.

A noite tombou pesada e densa, como um grande capacete de chumbo. Todos julgaram que fôsse a última.

Nos arraiais do gentio matraqueavam batuques macabros, ameaçadores. Festejava-se já a vitória do dia seguinte.

O General percorreu a linha de atiradores, exigiu dos homens o último esforço, impoz-lhes que vissem e se defendessem — no fundo dispunha-se já a morrer com êles.

Em cada espingarda calou-se uma baioneta. E a ordem do chefe correu de bôca em bôca, como um dobre de finados: De manhã, a tropa carregaria em massa para evitar a chacina, à tarde, quando já não houvesse fôrças para aguentar uma arma nem balas para deter os negros.

Depois as horas passaram, lentas, sombrias, varadas pelo silvo das balas e pelo *tam tam* fúnebre de vinte batuques em redor.

Pela madrugada, ainda escura e fria, calou-se o *N' Goma* e cessaram os tiros. Havia homens, que, apesar de tudo, dormiam — quasi como os mortos. No silêncio angustioso ouviam-se as respirações oprimidas pela sêde e agonias que se esgueiravam em gemidos.

A treva principiou a aligeirar-se.

A luz diluía-se nela como a água aclara o vinho — adelgaçava-a. As coisas iam ganhando forma, as árvores desembuçavam-se, diferenciavam-se umas das outras, como se separassem.

Por fim era já dia claro.

No centro do quadrado a figura do general mantinha-se hirta, rígida, solene.

E quando as coisas voltaram a banhar-se completamente de limpas claridades, ainda antes que o sol mergulhasse na mata, o chefe chamou o corneteiro.

Todos os olhares se fixaram nêle, ansiosamente.

Era o fim — era, certamente, o fim.

— A minha espada...

Novamente o mesmo olhar de ternura percorreu a mata, enquanto o corneteiro desfivelava a espada da sela.

— Toca!...

Mas antes que o corneteiro pudesse cumprir a ordem, ouviu-se outro toque — um som aguerido de clarim, luminoso, fresco como aquela manhã.

O general deitou a mão ao braço do soldado. Passou-lhe nos olhos um clarão alto de triunfo.

E o clarim soava, soava sempre...

Nem uma detonação a perturbar-lhe o som, nem uma palavra — até que num escaninho da mata surgiram as figuras açodadas dos primeiros soldados brancos da coluna de reforço.

Só então aquela gente compreendeu.

E choraram como meninos.

Pela tarde, ia no acampamento um borborinho festivo de ressuscitados.

Nem a hora letárgica do sol alto, nem a recordação trágica das angústias passadas, nem a fadiga,

nem as emoções continham a torrente de energias renascidas.

Falava-se entre risos — alguns cantavam.

As fardas tinham o mesmo aspecto miserável, os corpos exibiam sinais violentos de cilícios terríveis, as barbas negras emolduravam faces esqueléticas e demolidas — mas o conjunto tinha perdido completamente o ar macabro da véspera.

Já não era a multidão de moribundos — era antes o concerto de convalescentes de ruím maleita; ladeira que trepa para a vida, depois da rampa que, por pouco, acabava na morte.

Num recanto, um rapazito novo, de barba esfiampada, em quem o viço da mocidade reganhava alentos, descobrira algures uma guitarra e entoava quadras de amor e de saúde.

Os do círculo que o escutavam, amoleciam de saudades.

De repente o clarim soou. Todos escutaram ansiosos. E foram apenas as suas notas que povoaram o silêncio que se abriu.

Uma voz tímida traduziu, antes que o metal concluísse:

— Formar...

Lentamente, todos se levantaram. Não compreendiam.

Formar para quê? Era impossível marchar com aquela gente, moribunda umas horas antes.

Mas arrastaram-se. O general já estava no seu lugar. O seu olhar percorria os grupos: ninguém pensava em desobedecer.

Por fim, tôda a tropa estava formada.

O chefe tornou a passar o olhar penetrante pelas fileiras — emmudeceu-as sem dizer uma palavra.

E pausadamente, perorou:

— Quis o destino que não sofressemos a vergonha dum desaire nem a morte. Saúdemos a Pátria e lembremo-nos dos nossos companheiros mortos. Estou satisfeito com os vivos.

E voltando-se para a ordenança, que estava ao lado:

— Iça a bandeira!

Caía sobre o acampamento uma tarde vermelha. No céu rasgavam-se grandes clarões de oiro e rosas. E as copas das árvores desenhavam-se no fundo mullicor, quasi negras, caprichosamente. O ar era puríssimo, a hora suave e branda.

A bandeira começou a trepar no mastro tôsco adrede amanhado: lentamente, com a grave solenidade que o seu alto simbolismo exigia. E também ela estava esburacada, velhinha, fatigada.

Uma brisa leve desfraldou-a.

O clarim vibrou no silêncio pesado, comovente.

E o ar pareceu mais puro, o poente mais lindo, a hora mais religiosa.

Quando a bandeira alcançou o tope do mastro, o clarim soluçava, tôda a tropa soluçava! Lágrimas gordas, pesadas, tombavam nas barbas agrestes dos soldados.

E nos olhos do general, hirta, rígida também vieram espregitar duas lágrimas tímidas, quasi envergonhadas, que luziram, tremeram e se perderam depois nos pêlos brancos do bigode.

Foi aquela tropa a única que o viu chorar — e não viu mais que essas duas lágrimas!



# A acção do Exército no movimento colonizador de Portugal

PELO CAPITÃO MATEUS MORENO

**F**ALAR do movimento colonizador de Portugal, desde os primeiros arreboés da sua expansão, é traçar a biografia dos nossos mais notáveis cabos de guerra.

Nasce, como é sabido, em Ceuta, sob o impulso guerreiro do Infante D. Henrique, a era triunfante da Nação. Foi o sucesso das nossas armas nessa rica e populosa cidade da Mauritânia, então a mais importante praça do norte de África, que deu o principal impulso à idea imperialista que havia de levar o domínio da pequenina falange lusitana a todos os recantos do globo.

Empreender, todavia, a completa conquista do mundo a fio de espada, por um país com a escassa população de menos de milhão e meio de habitantes, e para demais, no dizer do Cronista, ainda apenas «um vasto matagal, entressachado de pequenas povoações, circundadas de breves arroteas», era tarefa demasiado temerária.

O génio colonizador e o espírito de nação dos portugueses, aliando-se, supriram, porém, as deficiências do número.

Portugal não se limitou a dominar, foi mais longe, multiplicou-se. Não o tresvairou apenas a política guerreira, cujo exclusivismo conduz sempre ao báratro, como tivemos exemplo vivo em Alcácer-Quibir; iluminou-o também aquele verdadeiro sentimento colonizador de que é por igual exemplo vivo a política de atracção, primeiro seguida, com tão prodigiosos resultados, no Brasil e na Índia, depois continuada, com as convenientes adaptações, restrições e inovações, que não cessaram ainda, na opinião do sr. General Norton de Matos, sobretudo nas duas grandes colónias de África.

Afonso de Albuquerque, com o seu formidável plano de colonização dos povos indianos, em que «indús, parsas, brahmanes e mussulmanos gozam de absoluta liberdade religiosa e política», não foi apenas, ninguém o ignora, o nosso maior guerreiro nas plagas do Oriente, mas simultaneamente uma completa síntese do formoso génio colonizador dos portugueses.

A-pesar-da história o haver cognominado de *O Terrible*, a sua espada—por vezes rude, é certo,—nunca deixou de ser um simples, um autêntico fiel da balança da justiça.

E se passarmos dos períodos incertos da descoberta e da conquista, para os da ocupação e do domínio propriamente dito, progressiva vemos ser a pleiade de militares distintos que ao serviço da Unificação do Império põem o vigor do seu braço e o brilho da sua inteligência.

Não cabe nos limites de um simples artigo, escrito ao correr da pena e sem os necessários elementos de consulta, indicar todos os nomes de tão gloriosa quanto elevada empresa.

Eles encheriam verdadeiros albuns.

Eis, por exemplo, nessa data que para sempre ficou memorável, de 25 de Agosto de 1894, o tenente de artilharia Vicente Mesquita, à frente de 56 homens e com um simples morteiro, pondo em fuga desordenada nada menos de dois mil chineses, que estavam prestes a tomar-nos Macau.

Eis, aqui mais próximo, mas ainda bem distante, entre Fevereiro e Dezembro de 1895, Mousinho de Albuquerque, com os seus bravos companheiros nas lutas da pacificação africana, dando a Portugal o domínio definitivo de Moçambique, com as inesquecíveis jornadas de Marracçene, Magul, Coolela e Chaimite. E eis, finalmente, na costa ocidental do grande continente e quasi pela mesma data, os decisivos gestos de Massano de Amorim, Artur de Paiva, João de Almeida, Roçadas, Paiva Couceiro e tantos outros, a escreverem em letras de ouro alguns dos melhores capítulos guerreiros da nossa história colonial.



A um período de acentuada, quasi comprometedora decadência, sob o impulso de uma vontade firme e consciente, que já parece haver extravazado para o ambiente afectivo da nação, uma nova era começa a surgir para os domínios coloniais portugueses.

Cumpra ao Exército saber continuar honrando, com o seu espírito de coesão e as suas iniciativas, os veios da tradição colonizadora de Portugal.

## Pecuária de Angola



Mufitas, filhos de ricos criadores de gado



# DA IMPRENSA

IMPRENSA  
ESTRAN-  
GEIRA

T R A N S

A principal virtude da política colonial portuguesa — que a Exposição Colonial do Porto veio pôr em relêvo — reside, e consistiu sempre na circunstância que facilitou a todas as populações que vivem sob a nossa bandeira, a possibilidade duma existência livre sob todos os pontos de vista: libertação dos pequenos tiranetes e autocratas do sertão, alforria de todas as escravaturas, tanto de espírito como de corpo, libertação da miséria da fome e de todos os flagelos que asfixiam a humanidade e a deminuem e deprimem na sua dignidade.

O segredo desta doutrina tão nitidamente portuguesa consiste na declaração dos direitos do homem interpretados através duma luz cristã. Porque se a primeira parte da frase é suficiente para homens já convencidos dos seus direitos por uma civilização generosa ou considerada como tal, a segunda dirige-se aos povos primitivos, imóveis, num estado de retrocesso nítido que é necessário fazer progredir para um melhor estatuto.

Todo os actos que a Metrópole últimamente tem realizado nas colónias foram inspirados nos princípios por nós sempre adoptados, de que os estabelecimentos ultramarinos nos trouxeram ao mesmo tempo direitos e deveres: deveres que se impõe em favor dos povos colonizados, direitos que exercemos em face das nações brancas concorrentes que nos observam; e que é por isto que a colonização é hoje como direito do mais forte: o direito e o dever de proteger o mais fraco.

Foi nesta ordem de ideias, sob este ângulo de luz que realizamos todas as obrigações da nossa política colonial e todos os progressos e o bem estar que levamos aos povos que vivem sob o nosso domínio.

Neste critério realizamos sob o ponto de vista agrícola, grandes trabalhos de cultura intensiva e de hidráulica.

Alguns destes trabalhos lograram suprimir de vez as fomes crónicas de algumas das nossas possessões — que são hoje apenas história do passado — e estender sobre todos os homens que dependiam de nós um melhor conforto e bem estar na vida quotidiana.

Construímos obras públicas, vias de comunicação de toda a espécie — estradas, caminhos de ferro, campos de aviação, portos — e tornamos possível, apressando-a por vezes, a prospecção das minas.

Convencidos de que era injusto conservar colectividades humanas afastadas do movimento geral do mundo, relegadas nas extremidades longínquas do nosso império não quisemos privando-as de meios de transporte deixar-lhes improdutivas as riquezas latentes e em potência — tesouros ao lado dos quais os povos que os ignoram, vivem na mais completa penúria — que facilmente lhes permitira civilizar-se e melhorar o seu trem de vida.

E porque assim fizemos não somos já devedores em relação

a êles daquilo que lhes demos. Tanto como a saúde material, levamos aos povos atrasados a saúde intelectual e moral. Inspirados na ciência arguta de Lyantey, sempre de preferência construímos escolas e mercados antes que casernas e prisões.

Jámais receamos criar a nosso lado gerações capazes de nos criticar e embaraçar; propiciámos antes o aparecimento duma elite capaz de colaborar connosco na gestão da causa colonial e de nos substituir mesmo nos empregos em que não é indispensável a soberania portuguesa.

A saúde do corpo humano e social, a higiene geral e o urbanismo mereceram-nos a melhor atenção. Encontramos as tribus e mesmo os povos avassalados por flagelos e epidemias: lepra, peste, doença do sono, variola, tétano, demos-lhes os remédios que os sábios europeus descobriram — e por vezes mesmo fomos os primeiros a fazê-lo, como succedeu com o atóxico que empregamos em Angola com excelente êxito no combate à doença do sono — e não esperamos que êles no-los pedissem inculcando-lhe sempre o uso dêles nos seus próprios lares.

Suprimimos também em todas as nossas colónias e na medida do possível a espantosa mortalidade infantil que impedia o desenvolvimento das raças nativas, aumentando desta forma a mão de obra utilizável. Prestamos cuidados aos doentes, estabelecendo em todas as nossas colónias postos de socorro — Código do Trabalho Indígena —; e a nossa protecção às mães e a todas as mulheres que um preconceito primitivo mantem ainda numa inferioridade social inadmissível. Salubrificamos as suas casas e aldeias dando-lhes o gosto pelo asseio, pelo ar e pela luz. Numa palavra: todo aquele conjunto de protecções que permitem prolongar o mais belo dom dos deuses: a vida.

Pelo exercício natural das nossas instituições, a associação com os indígenas tornar-se-há dia para dia mais estreita e mais importante, e por êla atingirão as nossas colónias, docemente, por graus sucessivos, e sem choque, todas as formas de colaboração de que nós não podemos prever as minúcias, atendendo que semelhante evolução depende de acontecimentos que darão certamente aos autoctones de todas as raças uma mais larga possibilidade nas suas iniciativas e uma melhor consciência das responsabilidades que lhes cabem, uma maior lucidez e finalmente a liberdade de acção mais conforme à dignidade humana.

F. ALVES DE AZEVEDO.

Sumbo, seu actual terminus, para Nacala. A baía de Nacala de águas profundas e muito abrigada, é, de há muito, do conhecimento dos oficiais da nossa marinha mercante que ali vão, com frequência nos nossos maiores navios, carregar oleaginosas e outros produtos da região.

A construção do porto do distrito de Moçambique constituiu uma necessidade urgentíssima para o desenvolvimento agrícola da região cujos produtores vêem, actualmente, as suas exportações oneradas com despesas de baldeações, fretes e armazenagens a que a circunstância do porto ser numa ilha necessariamente obriga.

# COLOONIAL

CREVE-SE

IMPRENSA  
PORTU-  
GUESA

EXISTEM lugares-comuns que não podem ser escutados ou lidos sem que provoquem o bocejo ou o sorriso. São aqueles que representam, sistematicamente, a birra do mesmo erro, a teima na mesma mentira, a persistência na mesma imbecilidade... — ou então os que, embora badalando verdades irrespondíveis e lições sábias — perderam, pouco a pouco, todo o seu valor de eloquência, todo o seu poder de sugestão — à força de serem repetidos, constantemente fonografados ou inoportunamente apregoados.

É natural que classifiquem, nesta segunda categoria — alguns dos comentários que salpicam este artigo — sobretudo porque o assunto que focamos, antes de desembocar no seu verdadeiro objectivo — é obrigado a atravessar, na sua trajectória, um terreno que, há uns meses a esta parte, tem merecido a atenção e a discussão de todos os publicistas, especializados ou não, de todos os magos historiadores e sociólogos, que lêem o futuro com a mesma clareza com que os adivinhos vulgares nos traduzem as profecias das estrélas.

Como muito se tem dito e escrito sobre essa matéria — ela, em vários pontos, dá a impressão do esgotamento absoluto. Daí a aparência de lugar comum que pode vestir algumas afirmações nossas.

“Chaqu’un a sa verité... — garante Henry Muscat, plagando a filosofia excêntrica e paradoxal de Pirandello; mas nestes capítulos, quando a evidência é luminosa como o Sol, todos somos obrigados a render-nos e a girar em redor das verdades únicas; se essas verdades são as únicas, aceites conscientemente por todos, só contrariados pelos paranoicos da discordância — por maior que seja a originalidade da expressão, por mais que autopsiemus as suas entranhas — e mesmo até quando nos saia *el gordo* duma descoberta insuspeitada — o *roupão* do lugar-comum torna-se em dogma... —

E para preâmbulo já nos alongámos em demasia — na prudente e previdente defesa contra as críticas cretinas e mal intencionadas. Encançaremos de par em par, o porão do assunto... —

A Exposição Colonial foi — é — indiscutivelmente *les coups de Molière* para o começo duma nova e feérica existência do nosso império ultramarino. Os seus resultados, dentro e fora do país, dilataram-se para além dos cálculos mais utopistas... (outro lugar-comum). A forma inteligentíssima como se conseguiu o magnetismo chamativo das enormes caravanas internacionais, que vindas de todos os extremos da Europa — e dos outros continentes, a visitaram; o pretexto que oferecemos para atrair os grandes pilotos da política mundial — que, isoladamente, lá estiveram; a curiosidade com que intriguámos certos magnates e afamados especialistas, de opinião potente, nos seus países — seduzindo-os, levando-os a esta jornada até Portugal e fazendo dêles, automaticamente, reveladores das nossas grandezas, propagandistas da nossa importância imperial — nas suas respectivas pátrias; a sacudida que se deu aos nossos próprios compatriotas, sonolentos, amariasmados, indiferentes ou ignorantes — interessando-os, imando-os, orgulhando-os — a ponto de os despertar do seu sonambulismo, arrastá-los à viagem, reuni-los frente à exposição, regalando-lhes conhecimentos e incendiando-lhes entusiasmos que não possuíam e que não seria fácil, doutra forma, injectá-los; e paralelamente, a sumptuosidade, a justiça e largueza, a arte, o critério, a perfeição, com que foi montado êsse museu total dos nossos domínios, a sintetização eloquente do que fomos, do que fizemos, do que somos, do que possuímos — correspondendo, honrada e brilhantemente, aos compromissos

tomados antes, no programa que sugestionou as multidões estrangeiras e nacionais que por lá desfilarão, sem que elas se sentissem burladas — pelo contrário —; o efeito global, em suma, dessa obra admirável e o que ela representa como esforço, como *intenção* — tem sido analisado, apregoadado, comentado, lisongeadado por tanta gente — que é impossível focar a obra, sem cometer um lugar comum.

Mas, vejamos agora se podemos enveredar por novos atalhos que nos conduzam a rotundas — virgens... —

O resultado moral e espiritual da Exposição radiografa-se rapidamente, mesmo através da maior miopia. No estrangeiro brocou-se o *iceberg* de ignorância depreciativa que nos muralhava ante uma esmagadora maioria que desconhecia a nossa existência ou que nos reduzia às proporções dum minúsculo estado, talvez

sem passado, com um presente mediocre e pelintra e sem futuro, pela certa. E, conseqüentemente, fomos guindados às altitudes do respeito, da consideração e da admiração a que tínhamos o máximo direito — sendo-nos concedida uma influência no xadrez internacional — de que há muito desistíramos. O facto de termos construído através de séculos de esforços hercúleos, de heroísmo, de inteligência e de ciência — uma obra gloriosa —; o convencimento, a consciência dessa obra, não chegavam para nos premiar a nós próprios, visto que ela nos trazia as vantagens morais e a justiça do aplauso e do respeito que mereciam de toda a Humanidade. Uma vez feita a revelação, é natural que nos sintamos recompensados, moralmente, pelo menos.

Sobre o ponto de vista nacional, bastava a reanimação que demos ao espírito, revigorizando-o, reintegrando-nos no nosso próprio Destino; a criação de novas e legítimas ambições; a galvanização da nossa adormecida energia, despejando-a e tornando-a apta para todos os empreendimentos, permitindo-nos a prosseguir a nossa interrompida missão histórica, mais vigorosamente do que nunca; bastava até a consciência da nossa reabilitação, para que os autores dessa obra gigantesca se sentissem justificadamente lisongeados.

Mas a zona destes resultados — é, repetimos, limitadamente moral — embora com possíveis conseqüências materiais, de influência política internacional; com as rápidas almas na consideração de todos os povos; e com as fáceis prosperidades obtidas pela nossa própria dignificação. Contudo é indispensável ter em conta que essa oportunidade e êsse êxito se prestam a muito mais: à regulação definitiva de *problemas exclusivamente materiais* — que, estamos certos, teriam sido também objectivados pelos iniciadores e criadores da Exposição, ao inspirarem-se para o seu plano magnífico.

Depois das honras com que nos mimaram — e que conquistamos, sem favor — veem os aproveitamentos práticos, de igual legitimidade e maior valia.

Até que ponto as riquezas do nosso império têm sido aproveitadas, é do conhecimento de todos — como todos sabem as lacunas, as insuficiências frequentes que, durante séculos, nos colbrem de colher dois terços do que podia engrandecer as nossas colónias — nivelando-as às de muitos outros países, colónias que não possuem a vastidão geográfica nem as condições naturais das nossas — mas que se guindaram a verdadeiros potentados económicos.

Não julguem que patinamos nesses *rings* de ilusão e de utopia que têm sido a causa de tantos atrazos, de tantas ruínas, de tantas catástrofes — cegando-nos ante as realidades e amolengan-

(Conclui na página 26)

## Virtudes da política colonial portuguesa

Transcrito do “African World,”  
de 29-9-934

## Porto de Moçambique

A missão hidrográfica da costa de Moçambique efectuou, já, os primeiros trabalhos para a construção do porto daquele distrito. O local escolhido para o referido porto é a baía de Nacala há muito indicada por todos os conhecedores da região para testa do caminho de ferro de Moçambique, cuja construção já se vai aproximando da fronteira e que um pequeno ramal desviaria do



# A NOSSA COLONIZAÇÃO NA ZAMBEZIA

POR A. GAVICHO DE LACERDA

**F**OI D. João III, o iniciador da colonização nas nossas colónias. De facto somente, a partir de 1530, começou a exportação de colonos, para os diversos pontos das nossas terras, de África e América. A êle, com toda a justiça, se deve chamar o *Rei colonizador*, porque, ao mesmo tempo, que tentava fundar no Brasil, um novo Portugal, não esquecia as ilhas de Cabo Verde, S. Tomé, Guiné, etc.

Em 1544 Quelimane, mais tarde conhecida, por vila de S. Martinho, era uma simples feitoria comercial.

Como se sabe, a criação de feitorias comerciais, foi uma das primeiras fases da nossa colonização.

A seguir, nesta vastíssima, incógnita e rica bacia do Zambeze, onde, todos julgavam encontrar depósitos, do mais puro ouro, o verdadeiro ouro de Salomão, de que Sophala, era o antigo Ophir, embrenharam-se várias expedições, que, sem terem conseguido o fim desejado, muito concorreram para a ocupação do distrito.

A mais importante foi a do primeiro Governador da África Oriental, Francisco Barreto, falecido em Sena. Vasco Homem, que seguiu o plano de Barreto, explorou todo o vale do Zambeze até Quiteve, e Chicóia, de cujas minas de prata, veio dizer, que, a sua lavra, não compensaria as vidas e despesas, nelas empregadas.

Se, no entanto, as pesquisas das minas, nesta região da Zambézia, resultaram infrutíferas, tiveram a grande vantagem de fazer, com que os portugueses, se espalhassem por todo o interior, com uma audácia igual, se não superior, à que impeliu, os nossos primitivos navegadores, a desvendarem os mistérios, do vasto oceano.

Fomos nós portugueses, os *inhamalungas* como ainda os indígenas hoje nos chamam, os primeiros brancos, que êles viram, que conheceram, e com quem tiveram relações comerciais.

Perdida a esperança na descoberta de filões mineiros, todas as nossas atenções se voltaram para o negro, o escravo, que com muito menos trabalho, dispêndio, e lucros certos, poderia ser exportado, para as minas e plantações de cana do Brasil, minas que ali, eram verdadeira realidade. O braço do negro, passou a valer portanto, mais, do que, todas e tão cubiçadas, minas de ouro, e prata, que tentamos descobrir.

As missões abandonadas em Angola, espalham-se, com o auxílio do Governo pelos sertões de Moçambique, onde tão importantes serviços prestaram, tendo algumas efectuado, várias tentativas de colonização.

Em 1671, o monopólio do negócio, assim como o da Índia, foi dado aos governadores da Colónia, tendo os nossos negociantes, substituído os árabes, que iam para os sertões trocar as suas fazendas, por ouro, marfim, e escravos.

Assim se criaram, as primitivas feiras, uma das fases mais importantes da nossa ocupação, tendo

tido justa fama as de Sena, Tete, Zumbo, que constituíram mesmo pequenos núcleos da nossa colonização.

Em fins do século XVII, por parte do Governo, foi feita uma tentativa de colonização, para a fixação da nossa raça, tendo sido enviados da Metrópole, operários, agricultores, e 8 convertidas, e órfãs, dotadas, para se casarem em Rios de Sena, com portugueses tendo sido esta a verdadeira, *célula*, do antigo regime dos «*Prazos da Coroa*», hoje extinto.

Cada um, não devia ter mais do que uma légua quadrada, ou meia, quando junto ao mar, e rios. Era somente doado, a pessoa do sexo feminino, em três vidas, descendente de portugueses, e casada com português.

É portanto àquele benéfico, e único regime, dos «*Prazos da Coroa*», que se deve, não só o desenvolvimento da agricultura, como a fixação de núcleos de europeus, nesta região da Zambézia.

O sr. Ministro das Colónias, Dr. Armindo Monteiro, no discurso que proferiu, no dia da inauguração da Exposição Colonial do Porto, disse: «Mais força tem a iniciativa individual, económica, activa, pertinaz, não quebrando diante do sofrimento, do que todo o poder do Estado, que em regra, não consegue mais do que transformar em burocratas os que, como colonos, demandam a sua protecção».

A nossa colonização na Zambézia, a região mais genuinamente portuguesa, que possuímos, em todo o nosso grande império colonial, tem sido feita lenta, mas gradual, e progressivamente.

Um dos maiores erros da nossa administração colonial, e, por que não o maior, que tanto veio prejudicar as províncias de Angola e Moçambique, foi, o termos consentido na ocupação do Cabo, pelos holandeses, em 1651.

O que seriam hoje estas duas províncias, se os nossos, a raça lusa se tivesse ali centralizado, e irradiado depois para o interior, onde melhor se podesse aclimatar, como as outras fizeram?!

Fomos nós, que criámos nações, que fizemos germinar sementes de novas pátrias ultramarinas, ao passo que os holandeses, que nos seguiam, como a repelente hiena segue ainda hoje as pegadas do *Rei dos bosques*, nada mais fizeram que rapinar, saquear tesouros, sendo somente levados pelo espírito de mercadejar, enquanto que a nossa rota, era gloriosa, descobrindo, pacificando, ocupando, evangelizando.



Nós, somos dos poucos, que ainda restam nesta Província, do tempo, em que ninguém vinha para África, mas sim a África.

Nas últimas três décadas, tudo mudou; já com a propaganda feita a favor das nossas colónias, já por realmente terem mudado as suas condições sanitárias, hoje a nossa África, já não é o *papão* de outrora. Quasi todos que para cá vêm, trazem as suas

(Conclue na página 26)



# INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

## Crónica do mês

Sobre os métodos belgas de colonização

**P**AULO OSÓRIO referia-se há pouco tempo, no Diário de Notícias, a um artigo infeliz dum jornalista português sobre os métodos coloniais belgas—e à indignação que o facto tinha causado ao jornalista belga André L'Hoist.

O artigo em questão não é só infeliz—é injusto. E para fronta nossa, por amor à verdade e até pela amizade que une, e convem que una, os dois países vizinhos em África, é necessário pôr em relêvo que se trata duma injustiça e que o artigo em questão não reflecte nem um juízo desapassionado dos factos nem a opinião que em Portugal se tem acêrca da obra colonial da Bélgica.

O Congo, é certo, atravessa uma crise grave. Essa crise—os próprios belgas o reconhecem—resulta de males que assolam o mundo e dos quais todos somos impotentes para nos defender completamente e resulta também de erros, duma visão errada acêrca de certos problemas e dum espírito de optimismo que se formou na Bélgica acêrca do investimento de grandes capitais nas Colónias.

Nós, se de há uns anos, temos conseguido liber-

tar-nos desse espírito e dèsses erros—também os conhecemos.

Confundir situações de momento e as faltas dum govêrno, dum grupo de dirigentes ou duma época infeliz, com a essência, o espírito e os processos, com os quais os belgas fizeram do Congo, essa magnífica colónia que o Congo é, nem é justo, nem é verdadeiro.

Só esquecendo uma obra notabilíssima, que é gloriosa na História da Colonização Universal, imaginada e realizada em pouco mais que cinqüenta escassos anos, por um país que até então desenvolvera uma actividade puramente europeia—se podem negar as virtudes dos métodos coloniais belgas ou atribuir-lhe carácter de inferioridade.

Estou convencido que André L'Hoist que na sua indignação também foi injusto—terá já compreendido que não significa grande coisa um artigo infeliz e que essa opinião puramente individual, por ser contrária a factos, a realidades, a acontecimentos, não é uma opinião portuguesa acêrca da obra colonial da Bélgica.

H. G.

---

## Notas do mês

### A ponte do Zambeze

A construção da ponte sobre o rio Zambeze, agora concluída, foi feita por concessão do Govêrno português à companhia dos caminhos de ferro da Nyassaland, em 1912, concessão essa aprovada pelo Parlamento, com a condição dos projectos da referida construção serem aprovados pelo nosso Govêrno, os quais depois de elaborados foram submetidos à apreciação do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas das Colónias, que encarregou o seu vogal, coronel de engenharia sr. Lisboa de Lima, de os estudar detalhadamente e dar o seu parecer, assunto que depois foi objecto de uma larga discussão em várias sessões do mesmo conselho, que terminou por aprovar por unanimidade os pareceres do sr. engenheiro Lisboa de Lima.

A referida ponte, que foi construída sob a fiscalização do nosso Govêrno, é uma das mais compridas do mundo e a sua construção foi feita sobre o rio Zambeze, entre Sena, na margem direita, e um lugar conhecido por Dona Ana, na margem esquerda, próximo da sede da circunscrição da Mutarara.

Esta ponte, em virtude da natureza do terreno e regime do rio, é constituída por um viaduto construído em cavaletes metálicos com o comprimento de 562<sup>m</sup>,208, por 46 pilares de beton armado, além de dois encontros, também de beton armado, e por 46 tramos metálicos.

40 dèstes tramos são em arco parabólico, com tabuleiro inferior. 33 têm o comprimento de 78<sup>m</sup>,637 cada, também entre os centros dos apoios, sendo a distância entre os centros dos pilares, onde êles apoiam de 80<sup>m</sup>,008. Sete têm o comprimento de 49<sup>m</sup>,248 cada também entre os centros dos apoios, sendo a distância entre os centros dos pilares, onde estes últimos apoiam, de 50<sup>m</sup>,291.

O aço empregado na construção de cada um dos primeiros tramos acima referidos pesa 320 toneladas, e o empregado na construção de cada um dos segundos pesa 143 toneladas, os seis tramos restantes são constituídos por vigas rectas de alma cheia com 20<sup>m</sup>,086 de comprimento, sendo o afastamento dos centros dos pilares onde apoiam de 20<sup>m</sup>,288. Cada um dèstes tramos pesa 24 toneladas.

O comprimento da ponte é de 3.677.141 metros distribuído da seguinte forma: viaduto 563<sup>m</sup>,208; 7 vãos de 50<sup>m</sup>,291 cada 352<sup>m</sup>,038; 33 vãos de 80<sup>m</sup>,008 cada 2.640<sup>m</sup>,282 e 6 vãos de 20<sup>m</sup>,265 cada 121<sup>m</sup>,615.

A ponte é destinada à passagem do caminho de ferro, tendo uma "passerelle", metálica de 1<sup>m</sup>,956 de largo, que permite a passagem a pedes, esta "passerelle", tem três mil quinhentos e cinquenta e seis metros de comprimento, começa no encontro de Sena e termina num dos pilares situados na margem esquerda do rio, tendo uma escada junta a êste pilar, pela qual se sobe para a "passerelle".

O pêso total de aço empregado na construção desta ponte foi de 17 mil toneladas não contando com o pêso da via férrea, e, a quantidade de beton foi de 73 mil duzentos e dois metros cúbicos.

O custo primitivo da sua construção era de libras 1.079.123-11-10, mas, devido às modificações que lhe foram intro-



duzidas exteriormente no projecto, o seu custo aumentou em mais 90.000 libras.

O Governador inglês autorizou o dispêndio de libras 3.000.000 na construção da referida ponte, sua ligação com os caminhos de ferro existentes (Trans-Zambézia Railway na margem direita e Central Africa Railway na margem esquerda) e para o prolongamento do caminho de ferro do Nyassaland (Shire Highlands Railway) até Domira Bay, junto do lago Niassa. Segundo nos consta as despesas da ponte foram custeadas pelo Governador da Nyassaland que recebeu um subsídio de libras 500.000 do Fundo do Desenvolvimento Colonial, livre de qualquer encargo.

Os trabalhos, que começaram há cerca de três anos e meio, terminaram dentro do prazo do contrato. A conclusão da nova ponte, que vai desempenhar um importantíssimo papel no tráfego dos caminhos de ferro do Protectorado do Niassa, representa, para a nossa colónia de Moçambique, um acontecimento da mais alta importância pois, vem permitir o escoamento, pelo nosso porto da Beira, natural porta para o mar do Nyassaland e da Rodésia do Norte, dos produtos daquelas regiões desenvolvendo o tráfego do Transzambézia e o movimento daquele porto cujo desenvolvimento o coloca já, francamente, no segundo lugar, entre os portos da nossa colónia, e, portanto, entre os primeiros de toda a costa oriental.

## Diversas

Pelos governos das colónias, devem ser publicados os diplomas que mandam dar integralmente entrada nos cofres da Fazenda a todas as receitas não só do Estado, como de todas aquelas, com que os funcionários, por qualquer forma nelas tenham comparticipação, nos termos legais, mas ainda tudo quanto os funcionários cobrem em razão do seu emprego, como emolumentos, percentagens, etc.

• Foi comunicado ao Ministério das Colónias, que do programa do Congresso Internacional Regional das Ciências Administrativas, a realizar em Julho do próximo ano, consta uma secção especial sobre a administração colonial, destinada a estudar a acção económica de administração no desenvolvimento das Colónias.

• Foi publicado o decreto 24.653, o qual introduz várias alterações nos estatutos do Grémio do Milho Colonial Português, criado pelo decreto 12.981.

• Pela publicação da portaria 7.927, foi feita uma rectificação a uma rubrica do orçamento da despesa ordinária da colónia de Moçambique, que fica tendo o seguinte teor: "Aquisição de prata para cunhagem da moeda e pagamento à Casa da Moeda e Valores Selados de um terço do custo da respectiva cunhagem".

## Cabo Verde

O Governador de Cabo Verde, oficiou ao sr. Ministro das Colónias, comunicando que a canhoneira "Ibo", prestara, durante o tempo que ali esteve, serviços importantes. Aquela autoridade acrescenta que encontrou no seu comandante 1.º tenente sr. Aristides de Moraes Serrão a melhor boa vontade de prestar ao Governador da colónia todo o auxílio e colaboração possíveis que se efectivaram com a prestação dos serviços clínicos gratuitos em várias ilhas e com o transporte, de entidades oficiais, que aproveitaram as suas viagens a fim de se apresentarem na capital da colónia, para serviço, numa ocasião em que não havia outro meio de transporte. O mesmo governador informa que estes factos revelam que o referido oficial bem como todos os oficiais, sargentos e praças são dignos do maior louvor.

• O sr. Joaquim António da Fonseca, que anda a proceder a uma rigorosa inspecção aos serviços de fazenda de Cabo Verde, seguiu para S. Vicente, a fim de prosseguir na sua missão.

• Segundo telegramas recebidos no Ministério das Colónias, o governador de Cabo Verde vai visitar oficialmente as ilhas de S. Vicente, S. Tomé e Príncipe.

• Foi ontem inaugurado o farol da Ponta Temeroda, em Cabo Verde, seguindo-se a montagem de outros faróis naquele arquipélago, em harmonia com o plano de farolagem aprovado pelo Governador.

• Está aberto concurso documental pelo prazo de noventa dias, para o provimento de uma vaga de aspirante aduaneiro da colónia de Cabo Verde.

• Foram regulados os serviços de agências, passagens e fretes, do navio recentemente adquirido pela colónia de Cabo Verde para o serviço de cabotagem entre as ilhas do mesmo arquipélago, sendo nomeado comandante do referido navio o sr. João Pereira da Bela.

Vão ser regulados definitivamente os serviços de Instrução Pública, em Cabo Verde.

• Uma das urgentes medidas que o governo de Cabo Verde

tenciona pôr execução, é o abastecimento de água potável às ilhas do arquipélago.

O governador acaba de visitar demoradamente o porto de S. Vicente, pois está empregando os seus esforços no sentido de se levarem a efeito as grandes obras do porto grande e o seu completo apetrechamento.

• De Cabo Verde pedem que com o produto do empréstimo feito à colónia, seja reparado o cais da ilha do Fogo e construído o prolongamento do quebra-mar numa extensão de alguns metros, dotando-se a ilha com um meio seguro de embarque e desembarque de passageiros e carga.

• Segundo telegrama recebido de Cabo Verde, espera-se ali um bom ano agrícola, devido à grande quantidade de chuva caída em todas as ilhas do arquipélago.

## Guiné

Foi publicada uma portaria nomeando Joaquim António da Fonseca, para, em comissão eventual de serviço público e como inspector superior de Fazenda, ir inspecionar os serviços de Fazenda e contabilidade e demais serviços públicos da colónia da Guiné, onde, por qualquer título, se prepare e efective a cobrança de receitas e se liquide, processe e pague despesas.

O referido funcionário deve ser abonado dos vencimentos a que se refere o artigo 3.º do mencionado decreto-lei n.º 22.980, acrescidos da percentagem de 30 por cento, nos termos do mesmo artigo.

Os serviços de inspecção determinados por esta portaria seguir-se-ão aos determinados pela portaria de 5 de Setembro deste ano e deverão estar concluídos no prazo de três meses, contados do desembarque em Bolama, ido da cidade da Praia, de Cabo Verde.

• Em 1913, a Guiné importou 29.281.670\$96 e exportou 26.741.230\$00.

• No dia 5 de Dezembro próximo deve ser lançada em Bissau a primeira pedra para o monumento ao esforço da Raça. Nesse dia haverá exercícios militares e desfiles de várias tribus, da Guiné.

• Foi julgado insubsistente o recurso interposto por Jaime Coutinho Fernandes, administrador de circunscrição civil da colónia da Guiné, o qual recorria da portaria do governador da mesma colónia, de 16 de Maio de 1932, que o colocou na situação de adido.

• Foi julgado incapaz de todo o serviço, por sofrer de doença grave e incurável, o sub-direcção de Fazenda, da colónia da Guiné, Artur Pereira Carvalhal.

## S. Tomé e Príncipe

O *Diário do Governador* inseriu, ontem, um decreto, que define a divisão administrativa de S. Tomé e Príncipe.

Segundo o referido diploma, aquela colónia divide-se em dois concelhos, constituídos pelas ilhas dos mesmos nomes e ilheus adjacentes, tendo as suas sedes, respectivamente, nas cidades de S. Tomé e de Santo António.

O concelho de S. Tomé é considerado de 1.ª classe, e o do Príncipe de 3.ª.

Da mesma colónia, está dependente o forte de S. João Baptista de Ajudá, na colónia francesa de Dahomey.

• Vai ser publicado o decreto, a que já nos referimos, sobre a nova divisão administrativa da colónia de S. Tomé e Príncipe, bem como o decreto, a que também já fizemos referência, considerando como vítimas de acidentes de trabalho, para efeitos de indemnização, os indivíduos atacados de doença do sono, para o que é mandado aplicar às colónias o decreto metropolitano n.º 14.054.

• Com o sr. dr. Francisco Machado, sub-secretário de Estado das Colónias, conferenciou o sr. Jerónimo Carneiro, sobre assuntos relativos à agricultura em S. Tomé e Príncipe.

## Angola

As brigadas de combate aos gafanhotos continuam obtendo grande êxito.

A região de Catete, onde há muito algodão para colher, é particularmente visado pelas brigadas, que usam de preferência os processos mecânicos aos químicos.

• Segundo informes até agora obtidos, em vários pontos da colónia de Angola, a campanha anti-acridiana, conseguiu matar biliões de gafanhotos e dezenas de biliões de ovos desses terríveis devoradores de searas.

• Foi nomeado chefe da Repartição de Estatística Geral da colónia de Angola, o sr. Alberto Jorge Ferreira de Lemos.



Foram iniciadas as obras para a construção da importante ponte de Sassa (Angola).

O Conselho Superior de Tarifas para as colónias de África, deu já o seu parecer acerca da proposta do governador geral de Angola sobre o transporte de gado para a Metrópole, tendo resolvido não aceitar o embarque de gado no porto de Benguela, em consequência desse embarque poder ser feito com mais facilidade no porto do Lobito e com menos dispêndio.

Segundo os dados estatísticos agora publicados pela Alfândega de Luanda, relativos aos meses de Janeiro a Julho de 1934, os rendimentos daquele ano findo somaram 12.651.961.90, mais 1.011.419.84 de que em igual período do ano anterior, que haviam sido de 11.640.542.06.

O governador geral de Angola, telegrafou ao sr. Ministro das Colónias, comunicando ter inaugurado em 1 do corrente em Malange, o Congresso regional e a Exposição Agrícola e Pecuária, tendo tudo decorrido com o maior entusiasmo e confiança. Diz ainda que lhe causou grande admiração terem os colonos, conseguido levar a bom termo esse certame.

Comunica ainda que foi unanimemente correspondido apesar da crise que atravessam e das dificuldades que lhe foram criadas pela longa estiação, agravada ainda pela praga de gafanhotos. Nas saudações que fez ao sr. Presidente da República e ao sr. Presidente do Ministério e sr. Ministro das Colónias, a quem estão confiados os destinos do Império Colonial.

No dia 2 visitou os trabalhos da Pecuária do Duque de Bragança, regressou depois a Luanda para assistir à recepção e festividades por ocasião do aniversário da proclamação da República.

Foram nomeados professores do Liceu Central de Salvador Correia, em Luanda, Manuel da Cruz Malpique, professor agregado em serviço no Liceu do Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, em Angra do Heroísmo e Manuel Ferreira Rosa, professor do Liceu Central do Infante D. Henrique, em S. Vicente de Cabo Verde.

De Angola pedem a criação ali de silos destinados à conservação de cereais, tendo a Companhia dos Cereais de Angola enviado ao Governo uma exposição sobre o assunto.

Foi autorizada a aquisição de um guindaste para a ponte cais de Benguela.

Foi concedida a medalha de cobre, de assiduidade ao serviço do ultramar, ao segundo oficial do quadro das repartições distritais, da administração civil da colónia de Angola, Joaquim António Cardoso de Sousa e Vasconcelos.

Em virtude da praga de gafanhotos que causou enormes prejuízos a vários agricultores, foram mandadas suspender em Angola todas as cobranças coercivas, devendo as respectivas contribuições ser liquidadas dentro de um prazo a fixar pelo governador geral.

Começou em Angola a distribuição aos sinistrados da praga dos gafanhotos de sementes seleccionadas de milho, de trigo, de feijão e de arroz. O governador geral adquiriu umas dezenas de toneladas para o que abriu, com autorização do sr. Ministro das Colónias, um crédito de 1.000 contos, a distribuição é feita aos sinistrados europeus e indígenas.

Devido à praga de gafanhotos e à seca que houve, em Angola, a produção de cereais na colónia foi muito menor que a do ano passado. As regiões, por excelência cerealíferas, não produziram melade do que se esperava. O trigo quasi que desapareceu por completo, por ter sido devorado pelos gafanhotos, sendo de esperar que os indígenas venham a sofrer muito, em virtude das suas poucas reservas em breve estarem esgotadas, tendo o Estado que os socorrer, para o que estão já em andamento as necessárias providências.

Para Angola foram enviadas pelas respectivas estações de agronomia aos agricultores coloniais instruções para essa secção.

Nessas instruções, dizem que o agricultor deve por espirito de método e ordem seleccionar todo o milho, mas, quando o não possa fazer, seleccionar, ao menos o que lhe é necessário, para as suas sementeiras, pois assim, passados alguns anos de selecção, três a quatro o máximo, as culturas apresentarão um rendimento uniforme, um tipo perfeitamente definido e portanto um aumento do valor do produto.

O governador geral de Angola, telegrafou comunicando ter inaugurado a ponte Xixe de 80 metros de comprimento na sua variante do caminho de ferro de Luanda.

Foram reorganizados os serviços de estatística de Angola, sob a direcção do sr. Alberto Jorgue Ferreira, serviços que vão tomar agora um grande desenvolvimento, estando já sendo elaboradas as mais importantes estatísticas da colónia, que serão impressas em separata.

Estão sendo construídas em várias regiões de Angola, câmaras de expurgo de milho.

O governo geral de Angola enviou, juntamente, com um plano de ataque aos gafanhotos, a empregar naquela colónia, o relatório do delegado de Angola, à Conferência Internacional Anti-

-acrediana, que se realizou, ultimamente, como noticiamos, em Pretória.

Está projectado o prolongamento do caminho de ferro do Galungo Alto através da região dos Dembos para servir o Congo, sendo esta linha considerada muito útil e de grande alcance, como obra de fomento, para as regiões por onde vai passar.

Em Angola foram nomeadas comissões em vários pontos da colónia, encarregadas de dirigir a exportação de gado, até que os comerciantes da especialidade se organizem, com a devida urgência, em sindicato.

O governador geral solicitou do sr. Ministro das Colónias a sua valiosa interferência no sentido de obter, da Câmara Municipal de Lisboa, um contingente de gado bovino a exportar, e foi pedido também para o Conselho de tarifas consentir só no embarque de gado exportado pelas referidas comissões.

Foi determinado que nenhum milho possa sair de Angola sem ser nas seguintes condições:

1.º Possuir um certificado de origem e de tipo (classificação) passado pela Direcção dos Serviços de Agricultura e Comércio da colónia ou seus delegados.

2.º Ter a embalagem determinada no respectivo regulamento, ou seja em sacos novos de 2,5 libras cada e levar na saca a marca oficial da colónia e da classificação aposta pelos serviços de Agricultura e Comércio ou seus delegados. Os tipos de milho poderão ser branco ou amarelo redondo números 1, 2 ou 3 segundo a percentagem de grãos defeituosos e doutra cor, branco ou amarelo chato números 1, 2 e 3 igualmente consoante a natureza do estado de conservação de milho mistura.

De 1 de Março de 1935 a 1 de Março de 1936, só será permitido a cada exportador exportar milhos misturados para fora da colónia até 80 por cento do total bué expedir.

Vai ser criada na Escola de Medicina de Goa a cadeira de radiologia que será dirigida pelo director do Instituto de Radiologia do Estado da Índia.

A equivalência do franco-ouro para a percepção de taxas telegráficas na colónia de Angola é fixada, até determinação em contrário e a partir do dia 1 de Novembro próximo, em 8 angolares.

Segundo telegrama do governador geral de Angola, realizam-se em 9 de Dezembro próximo as eleições para o Conselho do Governo, Câmaras e Comissões Municipais, Juntas de Freguesia e Comissões locais, devendo ser publicado um diploma regulando essas eleições.

Foi nomeado director administrador da "Colecção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo", nos termos do artigo 1.º do decreto lei n.º 23.745, de 7 de Abril de 1934, com a gratificação mensal de 400\$00 o sr. Manuel Maria Murias Júnior.

Foi colocado no lugar de juiz de direito da comarca de Macau, o bacharel Augusto Cesar Raposo Júnior.

O governador de Angola informou o Ministério das Colónias que o médico chefe dos serviços anti-pestíferos acabou de percorrer toda a fronteira sul da colónia vacinando as respectivas populações, correndo tudo muito bem.

Foram rejeitados os diplomas legislativos números 35 a 39 do "Boletim Oficial", de Angola e relativos às gratificações anuais a abonar aos funcionários, adjuntos e pessoal menor da repartição do gabinete do Governo Geral de Angola, e às gratificações mensais a abonar ao pessoal militar, em serviço no Depósito de Degradados, por serem contrários às disposições do § 1.º e seu n.º 3.º, do artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português.

Recebemos o número de Setembro do "Boletim da Associação Comercial de Benguela", publicação mensal de interesses económicos, que numa variada e desenvolvidos trabalhos sobre muitos dos problemas que interessam a economia de Angola.

Segundo informações recebidas no Ministério das Colónias, pelo rateio que se efectuou em 5 do corrente, do "Fundo Especial", do Fundo Cambial de Angola, foram autorizadas transferências na percentagem de 87 por cento para os pedidos de cambiais classificados no número 2 do decreto n.º 20.763 e de 44 por cento para os pedidos classificados no n.º 4.

O total dos pedidos foi de 9.000 contos contra 16.000 contos no mês anterior.

O governador geral de Angola, segue hoje para Malange, onde vai inaugurar a Exposição Agrícola, Pecuária e Industrial, que ali se realiza em 1 de Outubro próximo e vai também visitar as estações de culturas de algodão.

Segundo telegrama de Angola, o aviso "Gonçalo Velho", e a canhoneira "Beira", surtos em Luanda, vão realizar naquele porto exercícios de fogos reais, e de tiro ao alvo com alvo fixo e móvel.

Deve ser assinado, na próxima semana, o contrato, entre o Banco de Angola e o governo geral daquela província, para o fornecimento de água e luz à cidade de Luanda, cujas obras foram orçadas em 8 mil contos.



## Moçambique

Pela pasta das Colónias foi publicado o seguinte decreto :

“Artigo 1.º As circunscrições e concelhos da colónia de Moçambique, agrupam-se em sete distritos e estes em três províncias, na forma da alínea C) do artigo 2.º da Reforma Administrativa Ultramarina.

Art. 2.º Os distritos da colónia de Moçambique têm sedes e denominações seguintes: 1.º Distrito de Lourenço Marques, com sede em Lourenço Marques; 2.º de Inhambane, com sede em Inhambane; 3.º da Beira, com sede na Beira; 4.º de Quelimane, com sede em Quelimane; 5.º de Tete, com sede em Tete; 6.º de Moçambique, com sede em Moçambique; e 7.º de Pôrto Amélia, com sede em Pôrto Amélia.

§ único. O distrito da Beira será organizado logo que finde a administração da Companhia de Moçambique.

Art. 3.º Os distritos da colónia de Moçambique, compreendem as áreas e têm os limites atribuídos às circunscrições e concelhos que no presente artigo são designados: 1.º Distrito de Lourenço Marques: concelhos de Lourenço Marques e Gaza e circunscrições de Marracuene, Manhiça, Sabié, Magude, Bilene, Muchopos Chibuto e Guijá;

2.º de Inhambane: concelho de Inhambane e circunscrições de Zavala, Inharrime, Homoine, Morrumbane, Vilanculos, Panda e Cumbana.

3.º da Beira: concelho da Beira e circunscrições de Mocoque, Govuro, Messurise, Sofala, Buzi, Cheringoma, Neves Ferreira, Chimoio, Manica, Marroneu, Gorungoza, Sena e Chemba.

4.º de Quelimane: concelhos de Quelimane e Chinde e circunscrições de Zambeze, Pebane, Maganja da Costa, Boror, Massingire, Alto Molocué, Ile, Lugela, Milange, Gurué e Nhamarroi.

5.º de Tete: concelho de Tete e circunscrições de Barué, Mutarara, Chicôa, Angonia, Macanga, Maravia e Zumbo.

6.º de Moçambique: concelhos de Moçambique, António Enes e Nampula e circunscrições de Noma, Mogincual, Mogovelas, Mossuril, Meconta, Ribaué, Nacala, Imala, Momba, Erati, Amaramba, Metarica, Metonia e Lago.

7.º de Pôrto Amélia: concelhos de Pôrto Amélia e Ibo e circunscrições de Lurio, Montepuez, Quissanga, Mucojo, Mocimboa da Praia, Macondes e Tungue.

Art. 4.º Os distritos referidos no artigo anterior constituem três províncias, agrupando-se do modo seguinte:

1.ª Província do sul do Save, formada pelos distritos de Lourenço Marques e de Inhambane.

2.ª Província da Zambézia, formada pelos distritos da Beira, de Quelimane e de Tete.

3.ª Província do Niassa, formada pelos distritos de Moçambique e de Pôrto Amélia.

Art. 5.º As sedes das províncias são, a primeira em Lourenço Marques, a segunda na Beira, e a terceira em Nampula.

§ único. Enquanto durar a administração da Companhia de Moçambique os serviços da sede da província de Zambeze, funcionarão em Quelimane.

Art. 6.º Nos distritos das sedes dos Governos provinciais as funções de Intendente de distrito serão exercidas pelos Governadores de Província.

Art. 7.º Os governadores das províncias são obrigados a residir em cada uma das sedes das Intendências que não forem sede de Província durante dois meses em cada ano civil.

§ único. A residência obrigatória a que o presente artigo se refere não prejudica as deslocações e visitas que os governadores hajam de fazer no exercício normal das suas atribuições.

Art. 8.º O quadro dos funcionários administrativos da colónia de Moçambique, compõe-se dos seguintes funcionários, por categoria:

3 governadores de província; 1 director dos Serviços de Administração Civil; 7 inspectores administrativos; 7 intendentes de distrito; 30 administradores de 1.ª classe; 20 administradores de 2.ª classe e 34 administradores de 3.ª classe; 77 secretários de circunscrição; 104 chefes de posto e 108 aspirantes.

§ único. Logo que termine a administração da Companhia de Moçambique o número dos Intendentes de distrito na colónia, será alargado para oito, o novo Intendente exercerá as funções de Intendente no distrito de Quelimane.

Art. 9.º O pessoal do quadro dos funcionários administrativos da colónia, terá a distribuição no mapa anexo, que faz parte integrante deste decreto.

Art. 10.º Os 1.ºs oficiais da Direcção dos Serviços de Administração Civil e os Chefes de expediente da Repartição Central da Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas, secretário, Chefe da Contabilidade e Inspectores da Curadoria de Johannesburg e Fiscais de emigração, passam ao novo quadro Administrativo na categoria de Administradores de Circunscrição, nos termos da ex-

cepção considerada no § 6.º do artigo 13.º do decreto-lei n.º 25-299, de 15 de Novembro de 1935.

Art. 11.º O 1.º oficial da Repartição do Gabinete e os seis 1.ºs oficiais da Secretaria dos Serviços dos Negócios Indígenas, que estão desempenhando os cargos de Directores Distritais dos Negócios Indígenas, passam ao novo quadro administrativo na categoria de administradores de circunscrição de 3.ª classe, se se verificar que eles satisfazem às condições necessárias para entrarem no quadro.

Art. 12.º As Direcções Provinciais da Administração Civil, serão divididas em secções, nos termos do artigo 299.º da Reforma Administrativa Ultramarina; os chefes de cada secção têm a categoria de secretários de circunscrição, em harmonia com o disposto no artigo 66.º da reforma.

§ único. Transitóriamente poderão ser colocados como chefes das secções das Direcções Provinciais de Administração Civil, os funcionários a que se refere o artigo anterior.

Art. 13.º Enquanto houver primeiros oficiais do quadro dos Serviços de Administração Civil e da Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas, a quem compita a categoria de administrador de circunscrição, poderá o número de administradores ser superior ao fixado no quadro, considerando-se diminuído das unidades correspondentes o número de secretários de circunscrição do mesmo quadro.

Art. 14.º O presente decreto entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 1935. O governador geral de Moçambique, tomará as providências precisas para que nessa data fiquem instaladas as províncias e intendências; desde então, nos termos do artigo 3.º do decreto-lei n.º 25-299 se aplicará inteiramente em Moçambique a Reforma Administrativa Ultramarina.

• Foi assinado um acórdão entre Moçambique e a Rodésia do Sul, segundo o qual esta é autorizada a recrutar indígenas no distrito de Tete para mão de obra.

O número de indígenas, segundo o acórdão, não deverá exceder uma média anual de 15.000.

• Alguns distritos de Moçambique têm sido severamente castigados pela praga de gafanhotos.

Em Quelimane e em Tete plantações inteiras foram devoradas pelos terríveis acridos.

Em territórios de Manica e Sofala, na circunscrição de Sena os destroços foram consideráveis.

• Por ter deixado o cargo de director do Serviço de Faróis da colónia de Moçambique foi mandado regressar ao serviço da arma o capitão de fragata sr. Almeida Maduro.

• Vai ser publicado um decreto mandando revogar os decretos de 12-11-911; 7-11-918; de 19-2-920 e 7-9-925 que trata da regulamentação do horário de trabalho nos estabelecimentos comerciais da Beira e arrabaldes.

• Foram adquiridas duas automotoras para o caminho de ferro de Lourenço Marques, tendo-se ultimamente feito as respectivas experiências, com muito bom resultado. As automotoras têm, cada uma, capacidade para 34 lugares e um reboque que pode transportar 500 quilos de carga e é cada uma acionada por um motor “Panhard”, que dá 2.000 rotações por minuto e desenvolve uma força de 105 cavalos, podendo atingir a velocidade de 80 quilómetros à hora.

• Foi proibida a plantação de arroz nas áreas de algumas cidades da colónia de Moçambique.

• Foi aprovada a proposta que permite aos alunos do liceu de Lourenço Marques que obtiverem a classificação pelo menos de Bom, no exame final, de qualquer dos cursos complementares, virem frequentar a Escola Superior Colonial, subsidiados pela colónia de Moçambique.

• Em 31 de Agosto findo os fundos nos cofres públicos de Moçambique elevavam-se a £ 38.748 e 9.094 contos.

A circulação fiduciária em 31 de Julho estava em 77.627 contos, em notas e 3.058 contos em cédulas.

• Está-se trabalhando activamente na organização da exportação de citrinas da colónia de Moçambique para a metrópole e estrangeiro a fim de abastecer os respectivos mercados.

• Pelo Ministério das Colónias foram pedidas informações ao governo geral de Moçambique, acerca do combate à doença do sono em Quelimane, que era necessário intensificar.

Aquele governo informa que não foram suspensos os trabalhos de derrube da floresta de Zalala, que tem sido feita pela forma mais viável dentro das instruções que superiormente haviam sido determinadas, apenas com a interrupção de alguns dias, que as circunstâncias impuseram, tendo sido indicadas as normas a seguir na derruba daquela floresta, por forma a evitar a dispersão da “Tsé-Tsé”, fazendo-a convergir, pela derruba das zonas sucessivas, para o bloco mais denso, que será o último a ser derrubado.

A Societé du Madal prontificou-se a fazer a derruba total da floresta, na parte que constitui a sua propriedade, dentro de dois anos.

Também se está fazendo as necessárias batidas à caça por



forma a exterminá-la e a evitar a sua dispersão na referida floresta.

Os trabalhos da derruba completa da mencionada floresta devem estar concluídos em Junho de 1935.

• O Governador de Quelimane, comunicou que foi entregue ao indígena Girombo, chefe da sub-divisão indígena, do concelho de Chinde, com grande solenidade a medalha de prata de salvação com que fôra agraciado por se ter lançado à água no rio Nhacalina em socorro do motorista de um camião que caíra ao rio numa profundidade de quatro metros, ficando dentro da cabine, de onde o foi tirar, no risco iminente de ser apanhado pelos jacarés. Assistiram ao acto todas as autoridades do distrito e grande número de indígenas, usando da palavra o governador, sr. capitão Ferreira de Carvalho, que enalteceu o feito praticado pelo indígena e fazendo ver aos presentes que o Governador não esquece aqueles que se distinguem pelo cumprimento dos seus deveres, sejam estes de que natureza forem.

A Girombo também lhe foi entregue a medalha concedida pelo Instituto de Socorros a Náufragos.

• Foi determinado que as receitas cobradas pela Administração dos portos e caminhos de ferro da colónia de Moçambique, dêem entrada na Caixa de Tesouro à ordem da mesma administração.

• Foi proposta a criação de uma secção feminina no Liceu de Lourenço Marques.

• Segundo comunicação recebida de Moçambique, já se encontram concluídas as obras do paredão interior da doca da capitania de Lourenço Marques, começando-se agora a construir uma ponte acostável para as embarcações que fazem serviço no porto.

• Foi inaugurado o troço do caminho de ferro do distrito de Moçambique, até Ribaué, caminho de ferro que irá até ao Lago Niassa, e ligará depois com o caminho de ferro da Rodésia.

• Foram nomeados, professores do Liceu Central de 5 de Outubro, de Lourenço Marques, Mário de Carvalho Alcântara, professor efectivo do Liceu José Estêvão, em Aveiro, e Daniel Saraiva Vieira de Campos, professor do Liceu de Alves Martins, em Viseu.

• Vai ser publicado um decreto mandando aplicar aos territórios da Companhia de Moçambique, os decretos n.ºs 11:994, 12:050 e 20:881, que regulam a cultura e a exportação do algodão nas nossas colónias.

• Segundo comunicações recebidas de Moçambique, a Câmara Municipal de Gaza passou a cobrar, na área do respectivo concelho, 10 por cento sobre as taxas de contribuição comercial e industrial, bem como a taxa de 5000, por cada passageiro que embarque ou desembarque no cais acostável da Vila de João Belo.

• A rubrica do n.º 14 do artigo 1.500 do capítulo 10.º do orçamento da despesa ordinária de Moçambique, aprovado pelo decreto 25:941, de 31 de Maio, passa a ter a seguinte redacção: "Aquisição de prata para cunhagem de moeda e pagamento à Casa da Moeda e Valores Selados, de um terço do custo da respectiva cunhagem."

• A Câmara do Comércio de Lourenço Marques, as Associações Comercial, Industrial, dos Proprietários, dos Velhos Colonos e dos Empregados do Comércio e Indústria e do Fomento Agrícola, enviaram telegramas ao sr. Ministro das Colónias, agradecendo-lhe a recondução do sr. coronel José Cabral, como governador geral da colónia onde tem prestado assinalados serviços e felicitando-o pelo êxito das negociações para o novo convénio Luso-Transvaliano, bem como a todo o Governador.

• Segue para Pretória a convite do Governador da União Sul Africana, onde ficará hóspede daquele governo, o sr. coronel de cavalaria José Cabral, governador geral de Moçambique.

• A comissão encarregada de proceder aos estudos de irrigação do Vale do Umbeluzi, de que resultará grande benefício para a economia agrícola do sul de Moçambique, já concluiu os seus trabalhos, tendo apresentado um desenvolvido relatório.

• Foi determinado que sejam publicados no *Boletim Oficial* da colónia de Moçambique os decretos-leis n.ºs 24:171 e 24:172, de 15 de Julho último, publicados no *Diário do Governo* n.º 163, 1.ª série, organizando respectivamente a Missão Geográfica de Moçambique e a Missão de Revisão da Fronteira entre os territórios da Companhia de Moçambique e a Rodésia do Sul.

## Índia

O governador geral da Índia, propôs que a estação rádio-telegráfica de Mormugão passe a ter mais um 2.º oficial, dois 3.ºs, quatro aspirantes e um mecânico electricista, visto ficar a cargo da estação, além dos serviços costeiros, o da correspondência rádio-telegráfica internacional.

• Vai proceder-se em Novembro ao cadastro geométrico da propriedade no Estado da Índia.

• É esperado em Novembro, de visita a este Estado, o sr. governador de Bombaim.

• Foi determinado que os funcionários da Índia, de nomeação interina cuja validade tenha terminado ou esteja para terminar continuem ao serviço até à aprovação das reorganizações dos diversos serviços que foram submetidos à aprovação do sr. Ministro das Colónias.

• Foi publicada uma rectificação ao decreto n.º 20:490, que suprime na colónia da Índia o imposto de viação relativo a veículos automóveis e a motocicletas com ou sem *side-car* e eleva os direitos de importação de automóveis, de óleos minerais, éteres e essências, protectores ou câmaras de ar para os mesmos veículos.

• Foi aprovada a proposta do governo da Índia que fixa a compensação pelo Fundo da Sobretaxa do Equilíbrio, aos proprietários dos palmares e areais, pelos prejuízos resultantes da desvalorização dos produtos agrícolas.

• Foi nomeada, mediante concurso, farmacêutica para o Estado da Índia, a sr.ª D. Maria Firmina Fernandes, e colocada como directora da farmácia do hospital central de Damão.

• Na Agência Geral das Colónias foi aberto concurso para a admissão, por contrato, dum mestre de serralharia e um de marcenaria para a Escola de Artes e Ofícios de Safari, Índia Portuguesa.

Os candidatos deverão provar terem já desempenhado lugares similares em escolas industriais da metrópole.

• Não ser reorganizadas os serviços agrícolas da Índia.

• O assalariamento do pessoal no Estado da Índia foi autorizado só em número correspondente aos lugares constantes dos projectos da reorganização dos respectivos serviços.

## Macau

O governador de Macau comunicou ter recebido a visita oficial de um navio de guerra inglês, tendo o seu comandante sido recebido com as devidas honras. Para retribuir essa visita mandou a Hong-Kong a canhoneira "Macau", cujo comandante tem sido alvo das maiores atenções.

• Deve ser publicada brevemente a nova divisão administrativa na colónia de Macau, bem como a reorganização do quadro dos funcionários administrativos em harmonia com a reforma administrativa colonial promulgada pelo sr. Ministro das Colónias.

• Foi nomeado adjunto da capitania do porto, o primeiro tenente Manuel Beja Corte Real.

• Vai ser regulamentada a taxa militar na colónia de Macau.

• O governador de Macau propôs que a taxa da correspondência pela via Brindisi seja equiparado à da via Sibéria, para que a colónia não seja prejudicada.

## Timor

De 30 de Dezembro a 1 de Janeiro deve visitar a nossa colónia de Timor o aviso de guerra inglês "Folkestone", que conduz a bordo o comandante da base naval inglesa na China, almirante sir Friederic Dreger.

• Foi extinta a companhia mixta de polícia militar da colónia de Timor e criada, em sua substituição, a companhia de caçadores de Timor, tendo sido alterada a composição da Repartição Militar e do depósito de material de guerra.

• Deve estar concluído dentro de dois a três meses o inquérito que o governador de Timor mandou proceder aos serviços de administração dos extintos comandos, circunscrições e Câmaras Municipais, da colónia, antes da actual organização administrativa feita pelo sr. Ministro das Colónias.

• Foi pedida a nomeação dum escrivão que vá substituir o da 2.ª comarca daquela colónia, sr. Colaço, recentemente falecido.

• Vai ser publicado um decreto reorganizando os serviços militares da colónia de Timor.

• A criação de um liceu nacional em Timor, foi adiada por tempo indeterminado.

• O governador de Timor, telegrafou dizendo ter largado do porto de Dilli o aviso colonial francês "Amaral Charnez", que havia ali chegado a 27 de Setembro último. Nesse mesmo dia efectuaram-se os cumprimentos e no dia seguinte ofereceu ao comandante e oficial um passeio à circunscrição de Dileu, e uma merenda no pósto civil de Maubisse. No dia 29 uma festa a bordo, dada pelo comandante sendo convidadas todas as pessoas que foram àquele passeio e à noite houve jantar na residência do governador seguido de recepção. No dia 30 visita à circunscrição de Liquiça e um desafio de foot-ball entre a equipe de marinhos franceses e uma de um grupo de portugueses ganhando estes por 5 a 1. No dia 1 o comandante ofereceu ao governador e sua família um almoço a bordo, onde se trocaram amistosos brindes reinando sempre a maior cordealidade em todas as festas.

O comandante do navio francês dirigiu depois um rádio ao Governador agradecendo-lhe o seu generoso acolhimento e renovando os protestos da sua muita consideração e amizade pelo nosso nobre país.



# A nossa colonização na Zambézia

(Conclusão da página 20)

famílias, os que as deixaram na metrópole por qualquer motivo mandam-nas vir agora.

É muitos, muitíssimos mesmo, têm constituído família, vendo-se hoje em Quelimane, Chinde e Lourenço Marques, tanto nos jardins, como à hora da saída das escolas, numerosos grupos de crianças, que, quasi nos dão a impressão de não estarmos em África, pela aparência de saúde e robustez que todas mostram.

A nossa população tem vindo sempre aumentando, sendo hoje no distrito de Quelimane de três mil almas, entre portugueses, amarelos, indo-portugueses e alguns estrangeiros.



Qual foi o povo, que a-pesar-de sermos, como dizia César Cantu, «um punhado de portugueses espalhados pelo mundo», tal fizesse?

Orgulhamo-nos todos, que aqui vivemos e trabalhamos, modestos, mas verdadeiros obreiros do nosso grande império colonial, de sermos portugueses, e trabalhemos, sempre com mais afan, para a consolidação e desenvolvimento das nossas colónias, razão única, garantia segura, da nossa independência Nacional.

---

## Em redor da Exposição e das suas conseqüências

(Conclusão da página 19)

do-nos perigosamente no paraíso dos sonhos. E para o provar, declaramos francamente que a nossa visão, se limita, pelo menos por agora, às possessões africanas.

A Índia, Macau e Timor—que são preciosos atestados das glórias mais doiradas da nossa História, as últimas joias de inverosímil tesouro das nossas façanhas passadas—na Ásia e na Oceania—devem ser conservadas, avaramente, como reliquias sagradas—e defendidas contra cubiça ou estratégia política dos estranhos com o mesmo ardor com que defenderemos as outras colónias. Contudo não podem exigir-nos iguais atenções, pelo menos imediatas, visto que os seus recursos, as suas possibilidades de ressurgimento económico são muito inferiores às dos outros. Qualquer esforço ou sacrifício na batalha a travar (e já admiravelmente iniciada) para o engrandecimento do império que fôsse dividido com as possessões asiáticas e oceânicas—retardaria o êxito almejado nas colónias africanas—e não só pouco melhoraria o estado daquelas como também não seria recompensado por resultados práticos. Quanto a nós, todas as atenções, trabalhos e iniciativas devem coincidir em África—a fim de que essas colónias atinjam a sua máxima prosperidade e bem estar económico—em reflexos lucrativos para o continente—restringindo os nossos cuidados, na Índia, Macau e Timor, a ampará-las a *garantí-las*, a dar-lhes forças para que possam esperar, até um futuro próximo, ou seja para quando a nossa obra no império africano alcance o nível ambicionado, que se possa, sem risco e sem inúteis sacrifícios, tratar-se do seu desenvolvimento—e, muito possivelmente, desviando dos resultados financeiros obtidos com o ressurgimento de Angola, Moçambique, etc.—o capital necessário.

## BIBLIOGRAFIA

**Cenas delidas pelo tempo** por Lourenço Cayolla

“Cenas delidas pelo tempo,” é o último livro de Lourenço Cayolla. Por si só o nome de autor vale como garantia segura do mérito da obra. Entretanto o vigor do traço, a saudade e a recordação viva que êle nos traz de passadas épocas são preciosos para todos aqueles que acharam já no “Revivendo o Passado,”—outra obra do mesmo autor e de que a presente se pode considerar a continuação—a presença que lhes trouxe o relembrar de factos passados, o prazer que essas recordações podem despertar.

**P. B. X.** por Augusto Cunha

Acaba de aparecer mais um livro de Augusto Cunha “P. B. X.,” que como os anteriores se recomenda pela sóbria elegância do seu humor inteligente e pelas qualidades inegáveis de prosador que confirma.

Augusto Cunha prefere encarar a vida com um sorriso, e todavia neste seu livro palpita, estua, existe a vida de uma grande cidade no seu tumultuar de paixões e de ironias, porque a sua pena sabe descrever com igual mestria o diálogo leve e a conversa trágica.

É um livro que se lê com interêsse.

**O Mundo Português** n.ºs 9 e 10

Merece uma referência especial este número do “Mundo Português,” em que Augusto Cunha em artigo de fundo faz a apologia e a propaganda dos cruzeiros de férias às colónias. Semelhante empreendimento que pode considerar-se notável vai de certo estreitar ainda mais as relações entre a metropole e as colónias e permitirá a centenas de rapazes que até agora faziam uma idea pouco clara do que é o nosso Império um melhor contacto com êle e com as suas realidades esplêndidas.

Inserer valiosa colaboração de Alberto Osório de Castro, Carlos Parreira, F. Alves de Azevedo, Jaime do Inso, etc. Dois desenhos de Eduardo Malta valorizam imensamente a revista.

Recebemos e agradecemos:

*Esta é a verdade sobre Salazar* por Henrique Cabrita. (1)

*Boletim da Agência Geral das Colónias.*

*La Quinzaine Coloniale.*

*Relatório do Conselho de Administração da Caixa Geral dos Depósitos.*

*Gazeta dos Caminhos de Ferro.*

*Boletim da Associação Comercial de Benguela.*

*Anais dos Serviços Pecuários de Angola.*

*Il Commercio Italo Africano*—Revista Política Económica.

*Ciência e Indústria.*

*O Império Português.*

*O Dia da Guiné.*

*Ligações Marítimas da Metrópole com as colónias*—Tese por Artur Sales Henriques (1.º Congresso do intercâmbio comercial com as colónias).

*A acção civilizadora do Exército português no Ultramar* pelo General Norton de Matos (Congresso Militar Colonial).

*Monografias apresentadas à Primeira Exposição Colonial Portuguesa pelas colónias de Moçambique e Angola.*

*O Porto Grande de S. Vicente*—Conferência do Engenheiro João Gomes da Fonseca.

*Estatística do Comércio e Navegação da colónia de Moçambique.*

*Annales de l'Institut Colonial de Bordeaux.*

*Relatório e Contas da Associação do Comércio e Indústria de Luanda.*

*The African World.*

*Fradique.*

(1) No próximo número se fará referência a este livro, que já não recebemos a tempo.



# ESTATÍSTICA

## Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914	1930	1931	1932	1933		1934					
	Julho	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	Setembro	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
LISBOA (cidade)	100	1.726	1.302	1.636	1.304	971	1.290	1.325	1.335	1.271	1.382	1.135

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

## Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em 30 de Setembro de 1934

(Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Sede).....	520.731	20.914.208	—	—	7.389.226	2.138.769
Banco N. Ultramarino (Sede)..	10.629.046	4.740.006	170.213.294	89.547.009	143.186.333	117.006.418

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

## Cotações dos géneros coloniais (Praça de Lisboa)

Géneros	Unidade	Cotações em (a)	
		1929	1934
		15 de Janeiro	15 de Outubro
Cacau fino.....	15 quilogr.	77\$00	38\$00
Cacau paiol.....	>	62\$00	28\$00
Cacau escolha.....	>	36\$00	19\$00
Café de S. Tomé, fino.....	>	(b) 210\$00	120\$00
Café de Novo Redondo.....	>	124\$00	(e) —
Café de Ambriz.....	>	123\$00	59\$00
Café de Encoje.....	>	116\$00	—
Café do Cazengo (de 2. <sup>a</sup> ).....	>	120\$00	56\$00
Coconote.....	>	33\$00	12\$50
Copra.....	>	42\$00	13\$50
Óleo de palma, mole.....	>	45\$00	(d) 19\$00
Rícino.....	>	27\$00	15\$00
Gergelim.....	>	34\$00	(d) 17\$00
Algodão.....	Quilog.	10\$00	6\$50
Cera.....	>	16\$00	9\$20
Cola.....	>	6\$00	1\$70
Açúcar, rama.....	>	(c) 1\$70	1\$20
Milho.....	>	\$94	\$74
Coiros.....	>	15\$00	5\$00

(a) As cotações apresentadas representam a média nas datas indicadas ou na data mais próxima — (b) Cotação em 1 de Agosto de 1928 — (c) Cotação em 21 de Setembro de 1928 — (d) Não foi negociado (e) Em tambores.



## Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas por Lisboa em Setembro de 1934

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	Setembro	Janeiro a Setembro	Setembro	Janeiro a Setembro
<b>Reexportação :</b>				
Cacau .....	312.596	7.413.738	719.821\$00	15.725.055\$00
Café .....	225.440	3.272.777	450.630\$00	10.283.834\$00
Cera .....	57.587	796.164	495.551\$00	5.808.814\$00
Outras mercadorias .....	146.772	1.102.314	453.054\$00	2.456.564\$00
Total .....	642.395	12.584.993	2.119.056\$00	34.274.267\$00
<b>Trânsito internacional :</b>				
Cacau .....	—	3.599	—	9.000\$00
Café .....	140.223	2.037.394	505.000\$00	6.623.700\$00
Cera .....	8.400	121.278	73.200\$00	1.009.805\$00
Óleos de palma e côco .....	—	61.884	—	45.560\$00
Outras mercadorias .....	551.234	3.804.859	532.900\$00	5.397.916\$00
Total .....	699.857	6.029.014	1.111.100\$00	13.085.981\$00

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

## Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas de Janeiro a Agosto de 1934

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	Índia, Macau e Timor
<b>Importadas das Colónias :</b>						
Arroz .....	493.182	—	4.334.029	—	—	—
Açúcar .....	16.216.789	—	—	36.367.032	—	—
Café .....	3.741.642	32.461	338	490	191.058	4.033
Trigo em grão .....	6.555.352	—	—	—	—	—
Peles em bruto .....	637.099	17.707	98.143	34.323	366	—
Algodão em caroço, rama ou cardado .....	412.930	—	—	1.533.458	—	—
Sementes oleaginosas .....	7.838.737	913.619	16.695.516	611.098	3.600.979	—
Milho .....	—	—	—	—	—	—
<b>Exportadas para as Colónias :</b>						
Vinhos do Pôrto (decalitros) .....	5.446	197	325	8.512	215	3.952
» da Madeira (decalitros) .....	41	—	—	96	—	—
» comuns tintos (decalitros) .....	493.063	13.251	44.708	365.811	38.542	18.206
» » brancos (decalitros) .....	114.093	2.090	7.801	291.314	3.709	1.758
» licorosos (decalitros) .....	5.318	703	131	1.191	—	11.930
Conservas de vegetais .....	114.391	2.800	7.827	165.524	7.824	16.570
Sardinhas em salmoura .....	1.141	18	—	600	210	—
Conservas de sardinha .....	37.503	2.059	3.985	106.666	5.982	3.782
Conservas de peixe não especificado .....	1.927	78	407	22.627	11	—
Cortiça em rolas .....	288	85	20	2.614	78	634

Do Boletim da D. G. E.

## Acções de Companhias Coloniais

1934		Vencimento de juros ou dividendo	Último juro ou dividendo pago		VALORES	OFERTAS			
Máximo	Mínimo		Data	Quantia		12 de Outubro		21 de Novembro	
						C.	V.	C.	V.
105\$00	66\$00	4-7-1934	1933	L. 4\$00	Agrícola das Neves .....	82\$00	83\$50	78\$50	84\$00
87\$00	61\$00	27-11-1933	1932	L. 3\$00	Agricultura Colonial (Soc.) .....	70\$00	79\$00	75\$00	78\$00
410\$00	250\$00	17-3-1934	1933	L. 15\$00	Açúcar de Angola .....	392\$00	398\$00	401\$00	409\$00
50\$00	30\$00	15-7-1929	1928	£ 0-3-2 2/5	Boror .....	—	—	30\$50	35\$00
20\$00	7\$50		1927		Cabinda .....	—	14\$00	10\$00	12\$00
54\$00	34\$80	11-7-1929	1928	£ 0-0-0,6	Buzi—de 1 a 150.000 1. <sup>a</sup> Em. ...	35\$00	36\$00	34\$00	35\$20
53\$00	33\$00	11-7-1929		£ 0-0-0,6	Buzi—de 150.001 a 300.000 2. <sup>a</sup> Em.	—	—	32\$00	34\$00
27\$00	9\$00	1-4-1929	1927	L. 10\$00	Colonial de Navegação .....	—	—	—	24\$00
160\$00	114\$00	1-5-1934	1933	L. 5\$00	Ilha do Príncipe .....	133\$00	135\$00	130\$50	132\$00
12\$90	8\$50	2-6-1930	1928-29	L. \$99	Zambézia—t. 25 .....	10\$20	11\$50	8\$50	10\$00



# Situações semanais do Banco de Portugal

1934

ACTIVO			PASSIVO		
Designação	Em 24 de Outubro Escudos	Em 31 de Outubro Escudos	Designação	Em 24 de Outubro Escudos	Em 31 de Outubro Escudos
Encaixe-ouro:			Capital realizado .....	100.000.000	100.000.000
a) Caixa-ouro—metal .....	900.863.731	900.956.696	Fundos de reserva:		
b) Caixa-ouro depositado noutros Bancos ..	825.000	825.000	Geral .....	4.410.724	4.410.724
Disponibilidades-ouro no estrangeiro e outras reservas (artigo 27.º dos estatutos e de- creto n.º 22:496, de 4 de Maio de 1933) ..	380.965.214	383.553.019	Especial .....	71.710.724	71.710.724
Outras disponibilidades em várias moedas ..	25.381.896	25.365.413	Notas em circulação .....	2.051.029.453	2.073.700.248
Moeda divisionária .....	15.826.858	14.546.063	Outras responsabilidades-escudos à vista:		
Diversos títulos de crédito .....	70.093.294	69.642.811	1. Depósitos e contas-correntes:		
Carteira comercial—Letras do País e outras ..	310.904.980	313.945.159	a) Tesouro Público—Conta corrente ..	263.169.704	359.830.965
Empréstimos e suprimentos .....	—	—	b) Junta do Crédito Público .....	23.181.205	22.226.073
Tesouro Público—Conta corrente .....	—	—	c) Bancos e banqueiros .....	432.481.860	318.871.622
Dívida do Estado .....	1.049.444.546	1.049.444.546	d) Outros depósitos .....	15.054.796	15.933.688
Edifícios, máquinas e móveis .....	37.230.718	37.240.174	e) Diversos .....	7.898.918	7.678.494
Outras verbas do activo:			2. Cheques a pagar .....	1.468.140	898.901
a) Efeitos depositados .....	373.904.146	374.567.531	Responsabilidades em moeda estrangeira:		
b) Diversos .....	589.381.500	594.432.999	a) Saldos no estrangeiro e outras respon- sabilidades (artigo 28.º dos estatutos) ..	202.906	202.906
			b) Diversos .....	156.803	603.912
			Responsabilidades a prazo:		
			a) Em escudos .....	—	—
			b) Em moeda estrangeira .....	—	—
			Outras verbas do passivo:		
			a) Credores de efeitos depositados .....	373.904.146	374.567.531
			b) Diversos .....	410.151.504	413.883.623
	3.754.820.883	3.764.519.411		3.754.820.883	3.764.519.411



## Proporção das reservas para as responsabilidades-escudos à vista

Designação	Em 24 de Outubro Escudos	Em 31 de Outubro Escudos
Encaixe-ouro .....	901.687.731	901.781.697
Disponibilidades no estrangeiro e outras res- ervas (n.º 2 menos a alínea a) do n.º 16) ..	380.762.308	383.350.113
	1.282.450.039	1.285.131.810
Notas em circulação .....	2.051.029.453	2.073.700.248
Outras responsabilidades-escudos à vista ...	743.254.623	725.439.744
	2.794.284.076	2.799.139.992
Proporção .....	45,89 %	45,91 %
<b>Taxa de desconto 5 1/2 % (a)</b>		

(a) A partir de 11 de Dezembro de 1933 as taxas a aplicar pelo Banco de Portugal nas suas operações de desconto são as seguintes: na sede e na caixa filial do Porto, 5 1/2 por cento; nas agências, tanto do continente como das ilhas adjacentes, 6 por cento.



# “O MUNDO PORTUGUÊS”

GRANDE REVISTA  
DE ARTE E LITERA-  
TURA COLONIAIS

EDIÇÃO DA AGÊNCIA  
GERAL DAS COLÓNIAS  
E DO SECRETARIADO  
DE PROPAGANDA NA-  
CIONAL

DIRECTOR:  
AUGUSTO CUNHA

TODOS DEVEM  
LER O

“MUNDO PORTUGUÊS”

TELEFONES { 2 0651  
                  2 0652

REDACÇÃO:  
RUA DA PRATA, 34  
LISBOA



# FÁBRICA DAS ANTAS

S. A. R. L.

FUNDADA EM 1895

Rua da Vigorosa, 654—PORTO-PORTUGAL

TELEFONE 972

AS MAIORES INSTALAÇÕES DO PAÍS PARA O FABRICO  
DE ARAME FARPADO E REDE DE ARAME PARA VEDAÇÕES

Malhas de Ferro para cimento armado e estuques.—Pregaria de arame, polida  
ou zincada, para construções.—Pregaria, cravinhos e cardas  
para calçado e outros usos.—Parafusos com rosca para madeira, em ferro e latão

OS SEUS PRODUTOS IMPÕEM-SE PELO  
SEU ESMERADO FABRICO E EMBALAGEM

DEPÓSITOS no Norte do País: AVEIRO, BRAGA, BRAGANÇA, CHAVES, COIMBRA, FIGUEIRA DA  
FOZ, GUIMARÃES, OLIVEIRA DE AZEMIS E VISEU

Agências nas ilhas adjacentes e colónias portuguesas:

BEIRA	ANGOLA	CABO VERDE	MADEIRA	AÇORES
C. MOÇAMBIQUE	Raul Lelo	A. Martins & C. <sup>a</sup>	Leonel G. Luiz, L. <sup>da</sup>	R. Viriato M. Pereira
H. G. d'Almeida, L. <sup>da</sup>	Caixa Postal 147	Caixa Postal 35	Caixa Postal 79	R. Marquês da Praia, 12
Caixa Postal 112	Telefone 137	S. VICENTE—CABO VERDE	FUNCHAL—MADEIRA	PONTA DELGADA
	LUANDA			S. MIGUEL—AÇORES

## PORTUGAL COLONIAL

REVISTA DE PROPAGANDA  
E EXPANSÃO COLONIAL

Director—ÁLVARO AFONSO DOS SANTOS

Assuntos económicos—comerciais  
agrícolas—industriais e financeiros.  
Informações de todo o mundo colonial

AGENTES EM TODAS AS CIDADES ULTRAMA-  
RINAS, MADEIRA, AÇORES, BRASIL, ETC.

### CONDIÇÕES DE ASSINATURA

*Metrópole e Ilhas Adjacentes:*

Avulso .....	5\$00
Semestre .....	18\$00
Ano .....	36\$00

*Colónias Portuguesas e Brasil:*

Avulso .....	4\$50
Semestre .....	25\$00
Ano .....	50\$00

ESTRANGEIRO (Ano)..... 60\$00



## "Portugal Colonial," SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

**N**O INTUITO DE SERVIR OS SEUS LEITORES DAS COLÓNIAS, A ADMINISTRAÇÃO DA "PORTUGAL COLONIAL," ACABA DE ORGANIZAR UM SERVIÇO DE INFORMAÇÕES QUE DORAVANTE FICA À SUA DISPOSIÇÃO.

**T**ODA A GENTE QUE VIVE NO ULTRAMAR TEM UMA COMPRA, UMA VENDA OU QUALQUER OUTRA TRANSACÇÃO OU DILIGÊNCIA A REALIZAR EM LISBOA. UTILIZE O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES E FICARÁ SATISFEITO.

**N**ÃO COMPRE POR CATÁLOGOS. O VENDEDOR SÓ TEM UM INTERESSE — *VENDER* — EMBORA NEM SEMPRE O QUE MAIS CONVÉM AO CLIENTE. DIGA-NOS O QUE DESEJA E INFORMÁ-LO-EMOS CRITERIOSAMENTE.

**N**ÃO INCOMODE OS SEUS AMIGOS DA METRÓPOLE COM PEDIDOS QUE NÓS PODEREMOS SATISFAZER MELHOR DO QUE ÉLES. O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES ESCOLHERÁ A SEU CONTENTO O QUE DESEJA.

**S**E QUERE SABER PREÇOS E QUALIDADES DO QUE SE VENDE OU SE COMPRA EM LISBOA, SE QUERE ORÇAMENTOS OU ESTIMATIVAS, ESCRVA-NOS. O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES ESTÁ APTO A RESPONDER-LHE.

**T**UDO O QUE EXIJA CRITÉRIO NA ESCOLHA — MAQUINISMOS, FERRAMENTAL, PRODUTOS, MATÉRIAS PRIMAS, ETC. — O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES PODERÁ ESCOLHER EM SEU LUGAR. DIGA-NOS COM PRECISÃO O QUE DESEJA.

**S**E PRETENDE VENDER, PODEREMOS AUXILIÁ-LO NA VENDA. TALVEZ ENCONTREMOS O COMPRADOR QUE LHE CONVÉM, POIS TRABALHAREMOS PARA O CONSEGUIR. DIRIJA-SE AO NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES.

**P**ARA A EXPANSÃO DA "PORTUGAL COLONIAL," O NOSSO INTERESSE É SERVIR COM METICULOSIDADE E EMPENHO OS SEUS LEITORES. O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES QUERE SER O SEU AGENTE DE CONFIANÇA.

**T**ODOS OS PEDIDOS DE INFORMAÇÕES SOBRE A PRAÇA DE LISBOA DEVEM VIR ACOMPANHADOS DA IMPORTÂNCIA DE ESC. 6\$00 OU SEU EQUIVALENTE EM MOEDA LOCAL, PARA DESPESAS DE EXPEDIENTE, E SER DIRIGIDOS À ADMINISTRAÇÃO DA REVISTA "PORTUGAL COLONIAL," — RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º, LISBOA — TELEFONE 2 4253 — TELEGRAMAS "MINERVA,".